

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 808/2019 - CISLIPA

ÍNDICE

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
7. DO CREDENCIAMENTO
8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
9. DOS CRITÉRIOS E DOS ITENS COM COTAS E EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI
10. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS
11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
13. NEGOCIAÇÃO
14. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS
15. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
16. DAS AMOSTRAS
17. DA HABILITAÇÃO
18. DO RECURSO
19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
20. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
21. CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA GARANTIA DO PRODUTO
22. INSTRUMENTO CONTRATUAL
23. GARANTIA CONTRATUAL
24. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
25. REVISÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
26. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
27. DAS SANÇÕES
28. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
29. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
30. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
31. CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO
32. MEDIDAS ACAUTELADORAS

33. ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO

34. DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS DO EDITAL

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- ANEXO III – MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO
- ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
- ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º – INCISO XXXIII
- ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS
- ANEXO IX – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO
- ANEXO X – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE A HABILITAÇÃO
- ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 808/2019

1. PREÂMBULO

1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Manoel Corrêa, nº 1948, Palmital, Paranaguá/PR, inscrita no CNPJ/MF 13.681.884/0001-39, por intermédio do pregoeiro nomeado através de Decreto Municipal nº 202/2017 e em atendimento ao Portaria nº 79/2019, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por lote, sistema Registro de Preços, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS (GENUÍNA/PRIMEIRA LINHA), EM RÁDIOS TRANSCETORES PORTÁTEIS, MÓVEIS E FIXOS DE RADIOCOMUNICAÇÃO**, para atender as demandas da Central de Regulação do SAMU DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA, de acordo com as condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida nos autos do Processo nº 808/2019 e anexos, cujo procedimento está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 10.024/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado por ato interno, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “licitacoes-e”, constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A, coordenador do sistema.

1.4. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.licitacoes-e.com.br, conforme datas e horários definidos:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO PROPOSTAS	ATÉ AS 09:00 HRS DO DIA 22/05/2020
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	10:00 HRS DO DIA 22/05/2020

1.5. Os atos e decisões da presente licitação poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da CISLIPA: www.cislipalitoral.com.br, no link Licitações Municipais, para ciência de todos os interessados.

1.6. O edital e seus Anexos podem ser obtidos no Departamento de Licitações e Suprimentos da Secretaria Municipal de Administração da CISLIPA – PR das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis, e disponíveis para download no site www.cislipalitoral.com.br, no link Transparência – Licitações Municipais.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a formação de registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS (GENUÍNA/PRIMEIRA LINHA), EM RÁDIOS TRANSCETORES PORTÁTEIS, MÓVEIS E FIXOS DE RADIOCOMUNICAÇÃO**, segundo as necessidades da Secretaria Municipal de Segurança, de acordo com os quantitativos e especificações contemplados no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

2.2. A licitação será dividida em 01 (um) lote, conforme tabela constante do item 03 deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes for de seu interesse.

2.3. A existência de preços não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir ficando facultada a realização de licitações para a aquisição de um ou mais lotes, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do §4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

2.4. A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato celebrado entre as partes, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei Federal 8666/93.

3. DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor total estimado do presente certame importa em **R\$ 289.614,77 (Duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e sete centavos)**, para quantitativos constantes na tabela a seguir.

3.2. São fixados os seguintes preços máximos por lote/item, conforme descrito na tabela abaixo constante:

3.2.1 Tabela 1 – Descrição/Preço Médio/Valor total do Lote

LOTE 01 – SERVIÇOS e PEÇAS				
SERVIÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Qtd.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1.1.	Horas Técnicas de manutenção preventiva e corretiva em laboratório de Rádios Transceptores Portáteis marca Motorola, modelo DGP4150. Sendo verificado: rádio, carregador, antena, bateria e fone/microfone. Serviço a ser executado no laboratório da proponente, não estando incluso os acessórios e componentes	50	R\$ 119,00	R\$ 5.950,00
1.2.	Horas Técnicas de manutenção preventiva e corretiva em laboratório de Rádios Transceptores Móveis e Fixos marca Motorola, modelo DGM4100. Sendo verificado: fonte de alimentação, antena, cabos e conectores RF, cabo de alimentação, cabo de conexão, rádio e microfone de mão. Serviço a ser executado no laboratório da proponente, não estando incluso os acessórios e componentes	50	R\$ 119,00	R\$ 5.950,00
1.3.	Horas Técnicas para Manutenção de Instalação de Estação Móvel e Fixo marca Motorola, modelo DGM4100	120	R\$ 137,67	R\$ 16.520,40
1.4.	Horas Técnicas de manutenção preventiva e corretiva em laboratório de Estação Repetidora marca Motorola, modelo DGR6175. Sendo verificado: rádio, fonte de alimentação, duplexador, bateria estacionária, antena, cabos e conectores RF, cabo de alimentação e de conexão	50	R\$ 109,67	R\$ 5.483,50

1.5.	Horas Técnicas para manutenção de Instalação de Repetidora marca Motorola, modelo DGR6175	80	R\$ 132,33	R\$ 10.586,40	
1.6.	Programação e ajuste de frequência de Rádios Transceptores, Portáteis, Móveis da Marca Motorola. Serviço a ser executado no laboratório da Proponente ou nas dependências do SAMU	120	R\$ 103,50	R\$ 12.420,00	
TOTAL SERVIÇOS				R\$ 56.910,30	
PEÇAS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2. Fornecimento de Componentes, peças e acessórios de Rádios Transceptores Portáteis marca Motorola, modelo DGP4150					
2.1	Caixa Frontal para DGP4150		06	R\$ 1.580,00	R\$ 9.480,00
2.2	Chave de PTT para DGP4150		12	R\$ 178,33	R\$ 2.139,96
2.3	Transistor de Potência para DGP4150		06	R\$ 387,67	R\$ 2.326,02
2.4	Contato de Bateria para DGP4150		06	R\$ 111,67	R\$ 670,02
2.5	Placa Lógica para DGP4150		04	R\$ 4.926,67	R\$ 19.706,68
2.6	Protetor de Acessórios para DGP4150		06	R\$ 84,67	R\$ 508,02
2.7	Chassis para DGP4150		06	R\$ 551,67	R\$ 3.310,02
2.8	CI de Áudio para DGP4150		06	R\$ 204,67	R\$ 1.228,02
2.9	Borracha de Vedação para DGP4150		06	R\$ 54,33	R\$ 325,98
2.10	Potenciômetro de volume para DGP4150		06	R\$ 149,33	R\$ 895,98
2.11	Chave de Canal para DGP4150		06	R\$ 288,33	R\$ 1.729,98
2.12	Alto Falante para DGP4150		06	R\$ 138,32	R\$ 829,92
2.13	Conector de Antena para DGP4150		06	R\$ 127,53	R\$ 765,18
2.14	Capacitor para DGP4150		08	R\$ 75,30	R\$ 602,40
2.15	Indutor para DGP4150		08	R\$ 41,13	R\$ 329,04
2.16	Resistor para DGP4150		08	R\$ 34,63	R\$ 277,04
2.17	Bateria para DGP4150		06	R\$ 914,97	R\$ 5.489,82
2.18	Antenas para DGP4150		06	R\$ 186,33	R\$ 1.117,98
2.19	Knob de canal para DGP4150		12	R\$ 81,03	R\$ 972,36
2.20	Knob de volume para DGP4150		12	R\$ 81,03	R\$ 972,36
2.21	Clipe de cinto para DGP4150		06	R\$ 121,67	R\$ 730,02
2.22	Capa de Couro para DGP4150		06	R\$ 119,30	R\$ 715,80
2.23	Fonte para Carregador DGP4150		06	R\$ 335,00	R\$ 2.010,00
2.24	Base para Carregador DGP4150		06	R\$ 519,67	R\$ 3.118,02
2.25	Fone de ouvido com microfone para DGP4150		06	R\$ 912,00	R\$ 5.472,00
3. Fornecimento de Componentes, peças e acessórios de Rádios Transceptores Móveis marca Motorola, modelo DGM4100					
3.1	Tampa da Caixa para DGM4100		04	R\$ 138,33	R\$ 553,32
3.2	Teclado frontal para DGM4100		08	R\$ 224,33	R\$ 1.794,64
3.3	Display para DGM4100		06	R\$ 777,33	R\$ 4.663,98
3.4	Transistor de Potência para DGM4100		08	R\$ 590,00	R\$ 4.720,00
3.5	Placa Lógica para DGM4100		06	R\$ 4.683,33	R\$ 28.099,98
3.6	Chassis para DGM4100		06	R\$ 1.515,00	R\$ 9.090,00
3.7	Borracha de Vedação para DGM4100		08	R\$ 86,00	R\$ 688,00
3.8	Conector de Antena para DGM4100		08	R\$ 158,67	R\$ 1.269,36
3.9	CI de Áudio para DGM4100		08	R\$ 272,00	R\$ 2.176,00
3.10	Conector de Alimentação para DGM4100		08	R\$ 101,67	R\$ 813,36
3.11	Placa flex para DGM4100		06	R\$ 100,67	R\$ 604,02
3.12	Knob de volume para DGM4100		10	R\$ 58,20	R\$ 582,00
3.13	Potenciômetro de volume para DGM4100		10	R\$ 175,21	R\$ 1.752,10
3.14	Alto Falante para DGM4100		08	R\$ 335,33	R\$ 2.682,64
3.15	Capacitor para DGM4100		10	R\$ 52,63	R\$ 526,30
3.16	Indutor para DGM4100		10	R\$ 29,97	R\$ 299,70
3.17	Resistor para DGM4100		10	R\$ 27,97	R\$ 279,70
3.18	Microfone de Eletreto para MIC de Mão		08	R\$ 62,97	R\$ 503,76
3.19	Cabo Espiralado para MIC de Mão		08	R\$ 275,63	R\$ 2.205,04
3.20	Cabo de alimentação para DGM4100		08	R\$ 186,29	R\$ 1.490,32
3.21	Microfone de mão para DGM4100		08	R\$ 705,40	R\$ 5.643,20
3.22	Suporte de fixação para DGM4100		08	R\$ 192,00	R\$ 1.536,00
3.23	Antena móvel para DGM4100		08	R\$ 118,75	R\$ 950,00

3.24	Suporte para Antena móvel para DGM4100	08	R\$103,33	R\$ 826,64
3.25	Suporte de Microfone para DGM4100	06	R\$48,17	R\$ 289,02
3.26	Conector BNC para DGM4100	12	R\$ 23,65	R\$ 283,80
3.27	Fonte de Alimentação DGM4100	02	R\$ 1.016,00	R\$ 2.032,00
4. Fornecimento de Componentes, peças e acessórios de Estação Repetidora marca Motorola, modelo DGR6175				
4.1	Placa Lógica de Comando para DGR6175	06	R\$ 2.049,00	R\$ 12.294,00
4.2	Placa Lógica de Controle para DGR6175	06	R\$ 734,65	R\$ 4.407,90
4.3	Transistor de Potência para DGR6175	03	R\$ 482,32	R\$ 1.446,99
4.4	Placa Lógica rádios para DGR6175	03	R\$ 6.770,00	R\$ 20.310,00
4.5	Conector de Antena para DGR6175	06	R\$ 170,67	R\$ 1.024,02
4.6	Conector de Alimentação para DGR6175	03	R\$ 128,33	R\$ 384,99
4.7	Placa flex entre rádios para DGR6175	06	R\$ 94,35	R\$ 566,10
4.8	CI de Audio para DGR6175	02	R\$ 293,67	R\$ 587,34
4.9	Placa flex para DGR6175	06	R\$ 175,33	R\$ 1.051,98
4.10	Capacitor para DGR6175	03	R\$ 50,98	R\$ 152,94
4.11	Indutor para DGR6175	03	R\$ 45,33	R\$ 135,99
4.12	Resistor para DGR6175	03	R\$ 28,47	R\$ 85,41
4.13	Antena Colinear de quatro elementos	05	R\$ 2.897,33	R\$ 14.486,65
4.14	Antena Fixa de Base 6DB	02	R\$ 599,00	R\$ 1.198,00
4.15	Bateria Estacionária selada	10	R\$ 989,67	R\$ 9.896,70
4.16	Cabo RG213	200	R\$ 20,00	R\$ 4.000,00
4.17	Conector tipo "N" para RG213	20	R\$ 33,00	R\$ 660,00
4.18	Conector tipo "U" para RG213	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
4.19	Centelhador para RG213	10	R\$ 127,00	R\$ 1.270,00
4.20	Duplexador	06	R\$ 1.703,33	R\$ 10.219,98
4.21	Fonte de Alimentação p/ repetidora DGR 6175	06	R\$ 971,33	R\$ 5.827,98
Valor total de peças e acessórios				R\$ 232.704,47
Valor Total				R\$ 289.614,77

3.7. A competição se dará por menor preço total do lote, sendo que o licitante deverá formular sua proposta respeitando os valores máximos fixados neste Edital, sem possibilidade de ultrapassá-los, sob pena de desclassificação.

3.8. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias, para o exercício de 2.020, devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente:

DESCRIÇÃO	DESPESA
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2.002.3.3.90.39.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2.002.3.3.90.40.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2.002.4.4.90.52.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2.002.3.3.90.30.00.00

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. O critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE.

4.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

5.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelos e-mails: ronald.semlic@paranagua.pr.gov.br, ou licitacao@cislipalitoral.com.br ou por petição dirigida ou protocolada na sede administrativa do CISLIPA na Rua Manoel Correa, nº 1948 – Palmital no horário das 08:30 às 12:00 e das 13:30 às 16:30 horas.

5.3. Caberá ao Pregoeiro auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

5.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame.

5.5. Os pedidos de esclarecimentos referente a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, credenciados junto ao Banco do Brasil S/A, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão Eletrônico – Registro de Preços, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;
- b) Sob falência, dissolução ou liquidação;
- c) Reunidos sob forma de consórcio;
- d) Cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela CISLIPA, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.666/1993;
- e) Enquadrados nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei nº 8.666/93.

6.3. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, com as alterações da Lei Complementar n. 147/2014, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput, do artigo 3º da referida Lei Complementar;

- e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos – calendários anteriores;
- i) Constituída sob a forma de sociedade por ações.

6.4. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

7. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITACOES-E

7.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no sistema licitacoes-e do Banco do Brasil S/A.

7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico – Registro de Preços deverão dispor de chave de identificação, senha pessoal e intransferível, obtidas às agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.

7.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado.

7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha bem como seu uso em qualquer transação efetuada ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S/A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.8. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.9. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões “Microempresa”, “Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME”, “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso.

7.9.1. Caso o licitante já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema junto a qualquer agência do Banco do Brasil S/A.

7.10. A comprovação de que trata o subitem 7.9, quanto à condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

- a) Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;
- b) Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.

8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido. OBS: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado".

8.2. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

8.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação referida no item 8.2 sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

8.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

9. DOS CRITÉRIOS E DOS ITENS COM COTAS E EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI

9.1. Para o lote deste edital, destina-se somente às empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual – MEI, nos termos do art. 3º e 18º e ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, sem prejuízo de sua participação no lote principal.

9.2. Do lote 01, após a fase de lances, o procedimento de "empate" será detectado automaticamente pelo sistema.

9.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entende-se como empate (ficto) as propostas apresentadas pelas ME e EPP, e MEI, que sejam superiores em até 05% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada. Esse benefício se aplicará ao Lote nº 01 destinado à concorrência geral.

9.4. Para efeito do disposto no subitem 9.3 deste edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se-á, da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

b) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), na forma da alínea “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.4 deste edital, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

9.5. Em caso de empate aritmético, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o desempate será decidido mediante sorteio entre elas através de mecanismo do sistema de Pregão Eletrônico a ser utilizado.

9.6. Não havendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual (MEI), classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar nº 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada.

9.7. O disposto nos subitens 9.4 e 9.5 aplicar-se-á quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e no caso de Microempreendedor Individual (MEI).

10. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site www.licitacoes-e.com.br, a partir da liberação do Edital, até as 09:00 horas do dia 22 de maio de 2020, horário de Brasília-DF.

10.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

10.3. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

10.5. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.

10.6. As propostas NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE PROPONENTE (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. A partir das 10:00 horas do dia 22 de maio de 2020, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

11.5. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

12.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

12.4. O intervalo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que abrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

12.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.10. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Plataforma LICITACOES-E.

12.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.13. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.15. Critério de julgamento adotado será o menor preço total do item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

12.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.17. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previsto nos Art. 44 e Art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do Art. 3º da Lei nº 8.666 de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

12.18. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do Art. 36 do Decreto Federal nº 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

12.19. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.21. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.22. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à afirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL

14.1. A PROPOSTA ESCRITA E OS ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS DA DOCUMENTAÇÃO DEVERÃO SER ENTREGUES NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO DIA SEGUINTE A DISPUTA, EM ENVELOPES FECHADOS OU LACRADOS, INDICANDO NA SUA PARTE FRONTAL:

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES
RUA MANOEL CORRÊA, Nº 1.948, PALMITAL, PARANAGUÁ/PR, – CEP: 83203-400,
REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020
(A/C: Ronald Silva Gonçalves).**

14.2. A proposta e os lances formulados deverão indicar preços unitários e globais, do lote, de acordo com os praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (0,00), atualizados conforme lances eventualmente ofertados.

14.2.1. Em caso de divergência entre os valores unitários e globais, serão considerados os primeiros, e entre os valores em algarismo e por extenso, será considerado este último.

14.2.2. A proposta escrita deverá ser apresentada na forma do Anexo IV deste Edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, CEP, telefone/fax e pessoa de contato;
- b) Preços unitários e o global, por lote, na forma do subitem 14.2 deste instrumento;
- c) A declaração de que os itens, objeto deste procedimento licitatório serão entregues pela empresa contratada no endereço do órgão solicitante, nos prazos estabelecidos neste edital, mediante recebimento da Nota de Empenho;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contado a partir da data de apresentação;
- e) Marca e referência, se houver. Essas informações deverão constar, obrigatoriamente, no campo “Informações Adicionais” do formulário proposta do sistema eletrônico e na proposta escrita.

14.3. O licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços:

- a) Declaração ou documento similar fornecido por estabelecimento bancário, contendo o número da conta corrente e agência de origem, bem como o CNPJ da licitante;
- b) Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato, conforme Anexo IX deste edital.

14.4. Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

14.5. A proposta apresentada e os lances formulados deverão constar de forma clara e precisa, mediante planilha simples de composição de custos, na qual deverá estar incluído todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

14.6. Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

14.7. Não serão admitidas cotações de preços para produtos usados, recondicionados ou recuperados sob qualquer forma.

15. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do Art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

15.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestadamente inexequível.

15.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante para os quais renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

15.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

15.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

15.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

15.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo (a) Pregoeiro (a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

15.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

15.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 07 (sete) dias úteis contados da solicitação.

15.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

15.5.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

15.5.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo (a) Pregoeiro (a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

15.5.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

15.5.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

15.5.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

15.5.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

15.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.

15.7. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

15.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

15.8.1. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

15.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

16. DAS AMOSTRAS

16.1. Não será necessária a apresentação de amostras.

17. DA HABILITAÇÃO

17.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

17.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

17.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

17.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

17.4.1. Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

17.4.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

17.4.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

17.4.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

17.5. Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

17.5.1. À habilitação jurídica;

17.5.2. À qualificação econômico-financeira;

17.5.3. À regularidade fiscal e trabalhista;

17.5.4. Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição *Federal*.

17.6. Documentos relativos à habilitação jurídica:

17.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

17.6.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

17.6.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

17.6.5. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;

17.6.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

17.6.7. Alvará de localização e funcionamento da empresa.

17.7. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

17.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

17.8. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

17.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

17.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

17.8.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

17.8.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

17.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

17.8.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

17.9. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

17.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for

declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

17.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

17.9.3. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

17.9.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

17.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

17.11. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

17.12. A documentação relativa aos subitens 17.6, a 17.10, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela CISLIPA – PMPGUÁ, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC, e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação habilitatória.

17.12.1. Em caso de apresentação do CRC, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

17.13. Documentação complementar:

17.13.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo no Anexo VI do edital;

17.13.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

17.13.3. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo no Anexo X do edital;

17.13.4. Declaração de que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal, conforme modelo no Anexo XI do edital.

17.13.5. Declaração de idoneidade, conforme modelo no Anexo V do edital.

17.14. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

17.15. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

17.16. A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se durante o prazo em que valer a Ata de Registro de Preços.

17.17. Qualificação Técnica:

17.17.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) em plena validade que conste um Engenheiro Eletricista – Eletrônica / Telecomunicações como responsável técnico da empresa.

17.17.2. Atestado de Capacidade Técnica, que comprove já ter fornecido os produtos da natureza do objeto da presente licitação, instalação e configuração e a devida assistência técnica durante a garantia, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais, devidamente registrado na entidade competente.

17.17.3. Atestado de visita técnica nas dependências da CONTRATANTE, com a assinatura de cada responsável, de acordo com o artigo 30 inciso III da Lei 8.666/93. Para a realização da visita técnica, deverá o interessado agendar sua visita com a CONTRATANTE no período compreendido entre a data da publicação do edital e da entrega das propostas, nos horários das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00. A visita técnica deverá ser realizada por representante devidamente autorizado pela empresa participante, o qual deverá se apresentar, com sua credencial.

17.17.4. O(s) atestado(s) deverá(o) ser impresso(s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.

17.17.5 Declaração de que está cotando marca e modelo de equipamento que detém o selo de Certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO no nível especificado.

18. DOS RECURSOS

18.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

18.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

18.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para,

querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias para:

18.4.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

18.4.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

18.4.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora.

18.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e poderão ser enviados através do e-mail disponibilizado no Edital no item 1.6, considerando que, posteriormente, no prazo de 05 dias da data do envio, os originais deverão ser protocolizados no **Protocolo Geral do CISLIPA**, sito a **Rua Manoel Corrêa, Nº 1948, Palmital – Paranaguá PR**. O Pregoeiro deverá recebê-los, examiná-los, julgá-los e submetê-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão, nos termos do artigo 11, XIII, do Decreto nº 445/2014.

18.7. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados após os respectivos prazos legais e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, nem recursos enviados via fax que não tiverem seus originais protocolados em 03 (três) dias da data do envio.

18.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede Administrativa da CISLIPA – Rua Manoel Corrêa, Nº 1948, Palmital – Paranaguá PR – CEP: 83203-400.

18.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

18.10. Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

18.11. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no item 1.7 do presente Edital.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto do presente será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

19.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

20. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais sanções legais aplicáveis.

20.1.1. O prazo estabelecido pelo item 20.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela CISLIPA.

20.1.2. A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço, assim como do contrato ou instrumento equivalente, quando cabível, será formalizada mediante notificação na forma do item 1.7 ou qualquer outro meio a critério da CISLIPA.

20.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os lotes constantes do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) lote(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições, na forma do Anexo II do presente Edital.

20.3. A pessoa que assinar a Ata deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

20.4. Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá demonstrar a regularidade fiscal e trabalhista, apresentando novamente os documentos exigidos no item 17.10. assim como a documentação complementar (documentos exigidos nos itens 17.13.1. e 17.13.3. a 17.13.5.), como condição para celebração do ajuste, devendo manter as condições de habilitação no período de validade da Ata e das respectivas contratações.

20.4.1. O fornecedor também deverá apresentar todos os dados bancários da empresa, bem como o endereço eletrônico (e-mail) e o contato do representante que atenderá aos pedidos da Secretaria solicitante.

20.5. Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração, ou ainda quando o mesmo não realizar as comprovações referidas no item anterior, a CISLIPA adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os demais licitantes remanescentes respeitadas à ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, podendo, também, revogar a licitação.

20.6. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, sem possibilidade de prorrogação.

20.7. Farão parte da Ata de Registro de Preços todos os elementos que tenham servido de base para o julgamento da licitação, apresentados pelas empresas classificadas e com preços registrados, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

20.8. A existência de preços registrados não obriga a CISLIPA a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.9. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante obriga-se ao fornecimento pelos preços nela registrados, não podendo transferir os direitos e obrigações dela decorrentes a outrem.

20.10. A revisão dos preços registrados, assim como o cancelamento do registro de preços ou da Ata respectiva, dar-se-ão em conformidade com o disposto na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo II.

20.11. Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Material, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços encontram-se divergentes dos praticados no mercado, a CISLIPA poderá, fundamentadamente:

a) Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados e o fornecedor não aceite adequá-los ao mercado;

b) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela CISLIPA em processo administrativo próprio para esse fim.

21. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E DA GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO

21.1. Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, nos dias e horários e em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, originais do fabricante estarem de acordo com a proposta de preços do proponente e com todas as demais disposições constantes no Edital;

21.2. A entrega deverá ser efetuada conforme endereço abaixo: Rua Manoel Correia nº1948, bairro Palmital, Paranaguá-PR.

21.3. O recebimento dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado pelos fiscais do contrato, da seguinte forma:

21.3.1. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com direito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, não será Atestada a Nota Fiscal e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.

21.3.2. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega do objeto (o que não constituirá sua aceitação/recebimento definitivo), será registrado mediante a atestação no verso da nota fiscal e acompanhado de registro fotográfico da entrega;

21.4. Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

21.4.1. Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no Termo de Referência ANEXO I, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

21.5. Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

21.5.1. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência ANEXO I e da proposta vencedora;

21.5.2. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

21.5.3. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação;

21.6. A apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição bem como o (s) risco (s) que apresenta (m) à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso;

21.7. Todo (s) o(s) lote(s) deve(m) ser entregue(s) à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgão reguladores e/ou fiscalizadores;

21.8. Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Pública;

21.9. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata;

21.10. Os produtos serão recusados nos seguintes casos:

a) Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

e

b) Quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.11. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração;

21.12. Nos casos em que a solução do problema for ultrapassar os prazos previstos acima, o equipamento deverá ser substituído por outro de igual ou maior desempenho e configuração igual ou superior, até que o defeituoso seja recolocado em operação.

21.13. Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços;

21.14. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata;

21.15. A licitante vencedora deverá declarar que tem capacidade de atendimento da garantia ofertada pelo fabricante do equipamento;

21.16. As soluções de suporte técnico poderão ser realizadas, por parte da contratada ou por empresa designada por ela ou pelo fabricante, quando necessário com a presença de técnicos especializados.

21.17. A contratada ou a prestadora de serviços de assistência técnica indicada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica, com peças novas e originais do fabricante do equipamento.

21.18. É da responsabilidade da contratada e/ou da empresa indicada para assistência técnica:

21.18.1. Fornecer aos seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis;

21.18.2. Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução da assistência técnica, pagando os emolumentos prescritos em lei;

21.18.3. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidos, referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm, vínculo empregatício com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA.

21.19. DA GARANTIA: A garantia abrange vícios de qualidade ou quantidade que tornem o objeto impróprio ou inadequado ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

SERVIÇOS:

21.20. Os serviços de manutenção deverão ter um prazo mínimo de 90 (noventa) dias de garantia.

EQUIPAMENTOS/PRODUTOS:

21.21. Os equipamentos deverão ter garantia de 12 (doze) meses ou aquele oferecido pelo fabricante, o que for maior, sem quaisquer ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA, contados a partir da data da entrega dos equipamentos;

21.22. Os equipamentos, em caso de qualquer falha, ou os produtos que venham a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo da sua validade, fica o preponente obrigado a efetuar a troca nas mesmas especificações, no máximo, 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, sem ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA.

21.23. Os equipamentos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

21.24. Caso os produtos venham a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca do mesmo nas mesmas especificações, sem ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde no prazo de no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

22. INSTRUMENTO CONTRATUAL

22.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, as contratações poderão ser formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos da legislação aplicável.

22.2. O contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, na forma prevista no art. 62, da Lei nº 8.666/1993.

22.3. A critério da Administração, poderá ser facultada a assinatura do contratado no domicílio do(s) licitante(s) vencedor(es), mediante fornecimento do arquivo do termo a ser celebrado através de correspondência eletrônica, que deverá ser impressa em 03 (três) vias, assinadas, e encaminhadas à CISLIPA por Sedex, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da correspondência eletrônica, aos cuidados da Assessoria de Contratos da Procuradoria Geral do Município de Paranaguá, com sede na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro, CEP: 83203-060, Paranaguá, Paraná, sob pena de aplicação de sanções pertinentes previstas neste edital. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da administração, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela CISLIPA. Nesta hipótese, as 03 (três) vias do contrato a serem encaminhados à CISLIPA devem estar com firma do representante habilitado pela contratada, devidamente reconhecida por tabelionato de notas ou ofício equivalente.

22.4. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar documento equivalente nos termos previstos no Edital.

22.5. O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

22.6. Caso o fornecedor convocado não assine o instrumento Termo de Contrato, bem como não aceite ou não retire o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais fornecedores registrados nesta Ata, observando a ordem de classificação, para fazê-lo, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis.

22.7. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, em conformidade com a legislação vigente.

22.8. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços deverão ser assinadas durante o prazo de validade desta.

22.9 Prazo de vigência do Contrato, em conformidade com o inciso II, do artigo nº57 8666/93 será de 12 meses, podendo ser prorrogado por termo aditivo por período igual ou sucessivo com até o limite de 60 meses, tendo em vista em se tratar de serviços contínuos.

23. GARANTIA CONTRATUAL

23.1. Fica dispensada a apresentação de garantia contratual para fins de celebração de contrato oriundos deste certame.

24. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

24.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal de fornecimento do produto, segundo Lei 8.666/93, após assinatura do Fiscal designado, pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA.

24.2. A fatura (nota fiscal) deverá ser emitida pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE, em nome do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA (CNPJ: 13.681.884/0001-39) e deverá conter o nº do empenho específico no corpo da Nota Fiscal.

24.3. A fatura (nota fiscal), deverá ser entregue com as seguintes documentações: Certidões Negativas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, acompanhado dos números de empenho fornecidos pela contratante.

24.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA.

24.5. O pagamento efetuado pelo CONTRATANTE não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas e demais encargos.

25. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

25.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.

25.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Paranaguá convocar os fornecedores para negociar o novo preço.

25.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Composição de Custos contendo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

25.4. A não apresentação da Planilha de Composição de Custos impossibilitará o Município de Paranaguá em proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico-financeiro.

25.5. A cada pedido de revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.

25.6. No caso de o detentor do Registro de Preços ser revendedor ou representante comercial, deverá demonstrar, de maneira clara, a composição do preço, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de custos).

25.7. A critério da Administração Pública Municipal poderão ser exigidas da contratada as listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

25.8. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a CISLIPA adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

25.9. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada/ Cadastrada no Registro de Preços será mantido durante a vigência do Registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste Registro.

25.10. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp).

25.11. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

25.12. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas às previstas neste Edital.

26. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

26.1. O Registro de Preços poderá ser cancelado nos seguintes termos:

26.1.1 – O registro do preço poderá ser cancelado quando:

- a) For liberado o fornecedor;
- b) O fornecedor descumprir, sem justificativa aceitável, as condições da Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente;
- c) O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) O fornecedor demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata;
- e) O fornecedor for declarado, supervenientemente, inidôneo para contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei e disposições contidas neste edital .

26.1.2 – A Ata de Registro de Preços ainda poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pela Administração:

- a) Pelo decurso de seu prazo de vigência;
- b) Caso não restem fornecedores registrados;
- c) Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na Ata;
- d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

26.2. O Registro de Preços poderá ser cancelado por iniciativa do fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e seus Anexos que deram origem ao Registro de Preços.

26.3. A solicitação de que trata o item acima deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo assegurada defesa prévia sem prejuízo de aplicações de sanções previstas no Edital e na legislação vigente.

27. DAS SANÇÕES

27.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

27.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 02 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal

27.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

27.2.1. Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;
- b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

27.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar a Ata no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o disposto item 20.1, ou assinar o contrato / retirar o documento equivalente e devolver a CISLIPA no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de sua convocação, conforme disposição item 22.3;

27.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/1993;

27.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

27.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:

a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;

b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

27.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

27.3. A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

27.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

27.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

27.6. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

27.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

27.8. As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da CISLIPA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

27.9. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

28. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

28.1. Fica assegurado a CISLIPA o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

28.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

28.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

28.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

28.5. A nulidade opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que a Ata de Registro de Preços, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

28.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

28.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

28.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Paranaguá.

29. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

29.1. Fornecer os itens de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

29.2. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer material que não esteja em perfeita condição de consumo;

29.3. Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços;

29.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos produtos, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes do contrato;

29.5. Entregar os objetos solicitados, segundo suas conveniências e em consonância com a fiscalização do contrato;

29.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

29.7. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos/serviços, bem como, os ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

29.8. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

29.9. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade com o INSS e FGTS;

29.10. Zelar para que seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados;

29.11. Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna, bem como atender às Normas e Portarias sobre Segurança e Saúde do Trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução dos serviços;

29.12. Executar os serviços com equipamentos e vestuário apropriados, respeitando as normas referentes à segurança e acidente do trabalho;

29.13. Apresentar relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências da Contratante, mantendo-a atualizada, bem como indicar os nomes, endereços, números de telefone (s), técnico (s) responsável (is) pelo atendimento;

29.14. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de no prazo de 05 (cinco) dias úteis, do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

29.15. Após o trigésimo dia de paralisação do fornecimento dos serviços pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá optar por uma das seguintes alternativas:

a) Promover a rescisão contratual, independente de interpelação judicial, respondendo a CONTRATADA pelas perdas e danos decorrentes da rescisão;

b) Exigir a execução do contrato sem prejuízo da cobrança de multa correspondente ao período total do atraso, respeitado o disposto na legislação em vigor;

29.16. As empresas deverão ter a sua matriz ou filial estabelecida em um raio máximo de até 120 Km de distância do município de Paranaguá onde fica sediado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA. Tal exigência se faz necessária, levando-se em conta a necessidade e a urgência dos serviços contribuindo com um melhor atendimento e agilidade.

30. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exercer a fiscalização sobre o objeto a ser contratado, por servidor especialmente designado e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;

11.2. Proporcionar a contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente às cláusulas contratuais;

11.3. Proceder aos pagamentos no prazo previsto a contratada;

11.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos a execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

11.5. Comunicar a contratada quaisquer irregularidades observadas nos produtos fornecidos;

11.6. Rejeitar os produtos/serviços adquirido em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ressalvados os casos de força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante;

11.7. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços em atendimento das exigências contratuais;

11.8. Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo de Referência;

11.9. Exigir, os documentos comprobatórios da execução do objeto deste Termo de Referência;

11.10. Suspender o pagamento da Nota Fiscal sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da Contratada, até a completa regularização;

11.11. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada junto aos Sistemas, antes de cada pagamento;

11.12. Proceder a vistorias nos locais onde os produtos estão sendo entregues, por meio da fiscalização do contrato, cientificando o preposto da CONTRATADA e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;

11.13. Aplicar multas, rescisão de contrato ou penalidades contratuais, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato a ser firmado entre as partes;

11.14. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto deste termo;

11.15. Prestar à Proponente eventualmente CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do contrato.

11.16. Não obstante a CONTRATADA seja a única exclusiva responsável pela execução de fornecimento do objeto contratado, a CONTRATANTE, acompanhará e fiscalizará sua execução, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade.

11.17. É de responsabilidade da contratada disponibilizar a infraestrutura do local de instalação da repetidora e fornecimento de energia elétrica, sem custos adicionais para a contratante.

31. CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Caberá à Fiscalização do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA, por servidor designado Altair Santos Mendes e Michael Jackson Neves, conforme descrição detalhada nos itens que compõem o Termo de Referência, o acompanhamento dos trabalhos visando verificar o atendimento integral às exigências contratuais.

13.2. A Fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a paralisação dos mesmos quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais.

13.3. A Fiscalização terá direito de exigir a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA, alocado na prestação de serviços remunerados, cuja produtividade não estiver sendo satisfatória.

13.4. Também terá poderes para solicitar a substituição de funcionários que apresentarem comportamento desrespeitoso para com a população, estiverem drogados ou alcoolizados ou que estiverem solicitando propina.

13.5. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por preposto especialmente designado, podendo para tanto:

13.5.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou danificar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

13.5.2. Examinar as carteiras profissionais dos empregados, colocados na execução dos serviços, para comprovar o registro profissional dos mesmos;

13.5.3. Solicitar à contratada a substituição de qualquer equipamento ou ainda, que não atenda às necessidades;

13.5.4. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA, não se responsabiliza por quaisquer acidentes com materiais e/ou funcionários da empresa fornecedora no ato da entrega, transporte dos materiais e execução do serviço.

32. MEDIDAS ACAUTELADORAS

32.1. Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

33. ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO

33.1. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas: (i) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato; (ii) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato; (iii) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos; (iv) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

33.2. O licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato;

33.2.1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, considera-se também como prática atentatória ao mais alto padrão de ética:

33.2.1.1. “prática obstrutiva”: (a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula 16.1. deste Termo de Referência; (b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

33.3. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado, por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

34. DISPOSIÇÕES FINAIS

34.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e o responsável pela licitação quer direta ou indiretamente.

34.2. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

34.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a CISLIPA revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizando no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

34.4. No caso de haver desconexão do(a) Pregoeiro(a) com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recebimento dos lances, retornando o (a) Pregoeiro (a), quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

34.5. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensão, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes.

34.6. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

34.7. É facultado ao Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

34.8. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

34.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

34.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

34.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelo aplicativo de informática "Licitações-e" do Banco do Brasil ou, ainda mediante publicação no Diário Oficial do Município.

34.12. São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.

34.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

34.14. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) com base na legislação vigente.

34.15. Fica designado o Foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná

Antonina – Guaraqueçaba – Guaratuba
Matinhos – Morretes – Paranaguá – Pontal do Paraná

34.16. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.cislipalitoral.com.br e www.licitacoes-e.com.br, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Paranaguá, 08 de maio de 2020.

EVERLIN D. C. GUILGUER

Diretora Executiva

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

“Contratação de Empresa especializada em Serviços de Instalação, Reinstalação Manutenção Preventiva e Corretiva com reposição de Peças (genuína/primeira linha), em rádios transceptores portáteis, móveis e fixos de Radio Comunicação”.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná vem, por intermédio deste termo, vem propor o **“REGISTRO DE PREÇOS para Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Instalação, Reinstalação, Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças** (genuínas/primeira linha), em Rádios Transceptores portáteis, Móveis e fixos de Radiocomunicação, pelo período de 12 (doze) meses”.

2. OBJETO

2.1. **“REGISTRO DE PREÇOS para Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Instalação, Reinstalação, Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças** (genuínas/primeira linha), em Rádios Transceptores portáteis, Móveis e fixos de Radiocomunicação, pelo período de 12 (doze) meses”.

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO FORNECIMENTO DO PRODUTO:

3.1. A manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de radiocomunicação proporcionará segurança e confiabilidade neste sistema, a fim de evitar interrupções momentâneas ou até paralisações temporárias das atividades relacionadas e prestadas pelo SAMU e suas Descentralizadas.

3.2. A Central 192 recebe de forma ininterrupta durante 24 horas todas as ligações de urgência e emergência do serviço de Atendimento Móvel de Urgência. A maior parte das orientações da Central 192 para as Unidades móveis são realizadas via rádio e, o funcionamento adequado de todo o Sistema é vital para o serviço.

3.3. Tem-se como objetivo, atender a demanda existente, no que diz respeito aos serviços de Comunicação existentes entre a Base da Central de Regulação do SAMU Litoral e suas bases descentralizadas.

3.4. Considerando a necessidade de aumentar a agilidade nas comunicações e diminuição no tempo de resposta para a prestação de socorro no serviço de atendimento móvel de urgência SAMU 192.

3.5. Os equipamentos de radiocomunicação funcionando corretamente proporcionarão segurança e confiabilidade neste sistema, a fim de evitar interrupções momentâneas ou até paralisações temporárias das atividades relacionadas e prestadas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA/SAMU.

3.6. Considerando que atualmente o sistema de comunicação de rádio comunicador do CISLIPA/SAMU encontra-se com falhas intermitentes, ou seja, a transmissão dos rádios móvel (HT) e fixo (viaturas e ponto fixo), no qual os Rádio Operadores/Condutores utilizam como comunicador para relatar, solicitar e receber informações chega com falha em muitas vezes na central de regulação SAMU, o que inviabiliza a mobilidade e a agilidade do atendimento a população nas ocorrências.

3.7. O SAMU/CISLIPA possui: 6 Rádios Transceptores Portáteis marca Motorola modelo DGP4150, 8 Rádios Transceptores Móveis e 7 Fixos marca Motorola modelo DGM4100 e 03 repetidoras marca MOTOROLA modelo DGR6175.

4. DESCRIÇÃO, QUANTIDADES E CUSTO ESTIMADO:

4.1. Conforme cotações de mercado realizadas, o valor para a realização da contratação, estão especificados na Tabela abaixo;

4.2. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos necessários, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, homologação, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;

LOTE 01 – SERVIÇOS e PEÇAS					
SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Qtd.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	
1.1.	Horas Técnicas de manutenção preventiva e corretiva em laboratório de Rádios Transceptores Portáteis marca Motorola, modelo DGP4150. Sendo verificado: rádio, carregador, antena, bateria e fone/microfone. Serviço a ser executado no laboratório da proponente, não estando incluso os acessórios e componentes	50	R\$ 119,00	R\$ 5.950,00	
1.2.	Horas Técnicas de manutenção preventiva e corretiva em laboratório de Rádios Transceptores Móveis e Fixos marca Motorola, modelo DGM4100. Sendo verificado: fonte de alimentação, antena, cabos e conectores RF, cabo de alimentação, cabo de conexão, rádio e microfone de mão. Serviço a ser executado no laboratório da proponente, não estando incluso os acessórios e componentes	50	R\$ 119,00	R\$ 5.950,00	
1.3.	Horas Técnicas para Manutenção de Instalação de Estação Móvel e Fixo marca Motorola, modelo DGM4100	120	R\$ 137,67	R\$ 16.520,40	
1.4.	Horas Técnicas de manutenção preventiva e corretiva em laboratório de Estação Repetidora marca Motorola, modelo DGR6175. Sendo verificado: rádio, fonte de alimentação, duplexador, bateria estacionária, antena, cabos e conectores RF, cabo de alimentação e de conexão	50	R\$ 109,67	R\$ 5.483,50	
1.5.	Horas Técnicas para manutenção de Instalação de Repetidora marca Motorola, modelo DGR6175	80	R\$ 132,33	R\$ 10.586,40	
1.6.	Programação e ajuste de frequência de Rádios Transceptores, Portáteis, Móveis da Marca Motorola. Serviço a ser executado no laboratório da Proponente ou nas dependências do SAMU	120	R\$ 103,50	R\$ 12.420,00	
TOTAL SERVIÇOS				R\$ 56.910,30	
PEÇAS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2. Fornecimento de Componentes, peças e acessórios de Rádios Transceptores Portáteis marca Motorola, modelo DGP4150					
2.1	Caixa Frontal para DGP4150		06	R\$ 1.580,00	R\$ 9.480,00
2.2	Chave de PTT para DGP4150		12	R\$ 178,33	R\$ 2.139,96
2.3	Transistor de Potência para DGP4150		06	R\$ 387,67	R\$ 2.326,02
2.4	Contato de Bateria para DGP4150		06	R\$ 111,67	R\$ 670,02
2.5	Placa Lógica para DGP4150		04	R\$ 4.926,67	R\$ 19.706,68
2.6	Protetor de Acessórios para DGP4150		06	R\$ 84,67	R\$ 508,02
2.7	Chassis para DGP4150		06	R\$ 551,67	R\$ 3.310,02
2.8	CI de Áudio para DGP4150		06	R\$ 204,67	R\$ 1.228,02
2.9	Borracha de Vedação para DGP4150		06	R\$ 54,33	R\$ 325,98
2.10	Potenciômetro de volume para DGP4150		06	R\$ 149,33	R\$ 895,98
2.11	Chave de Canal para DGP4150		06	R\$ 288,33	R\$ 1.729,98
2.12	Alto Falante para DGP4150		06	R\$ 138,32	R\$ 829,92
2.13	Conector de Antena para DGP4150		06	R\$ 127,53	R\$ 765,18
2.14	Capacitor para DGP4150		08	R\$ 75,30	R\$ 602,40

2.15	Indutor para DGP4150	08	R\$ 41,13	R\$ 329,04
2.16	Resistor para DGP4150	08	R\$ 34,63	R\$ 277,04
2.17	Bateria para DGP4150	06	R\$ 914,97	R\$ 5.489,82
2.18	Antenas para DGP4150	06	R\$ 186,33	R\$ 1.117,98
2.19	Knob de canal para DGP4150	12	R\$ 81,03	R\$ 972,36
2.20	Knob de volume para DGP4150	12	R\$ 81,03	R\$ 972,36
2.21	Clipe de cinto para DGP4150	06	R\$ 121,67	R\$ 730,02
2.22	Capa de Couro para DGP4150	06	R\$ 119,30	R\$ 715,80
2.23	Fonte para Carregador DGP4150	06	R\$ 335,00	R\$ 2.010,00
2.24	Base para Carregador DGP4150	06	R\$ 519,67	R\$ 3.118,02
2.25	Fone de ouvido com microfone para DGP4150	06	R\$ 912,00	R\$ 5.472,00
3. Fornecimento de Componentes, peças e acessórios de Rádios Transceptores Móveis marca Motorola, modelo DGM4100				
3.1	Tampa da Caixa para DGM4100	04	R\$ 138,33	R\$ 553,32
3.2	Teclado frontal para DGM4100	08	R\$ 224,33	R\$ 1.794,64
3.3	Display para DGM4100	06	R\$ 777,33	R\$ 4.663,98
3.4	Transistor de Potência para DGM4100	08	R\$ 590,00	R\$ 4.720,00
3.5	Placa Lógica para DGM4100	06	R\$ 4.683,33	R\$ 28.099,98
3.6	Chassis para DGM4100	06	R\$ 1.515,00	R\$ 9.090,00
3.7	Borracha de Vedação para DGM4100	08	R\$ 86,00	R\$ 688,00
3.8	Conector de Antena para DGM4100	08	R\$ 158,67	R\$ 1.269,36
3.9	CI de Áudio para DGM4100	08	R\$ 272,00	R\$ 2.176,00
3.10	Conector de Alimentação para DGM4100	08	R\$ 101,67	R\$ 813,36
3.11	Placa flex para DGM4100	06	R\$ 100,67	R\$ 604,02
3.12	Knob de volume para DGM4100	10	R\$ 58,20	R\$ 582,00
3.13	Potenciômetro de volume para DGM4100	10	R\$ 175,21	R\$ 1.752,10
3.14	Alto Falante para DGM4100	08	R\$ 335,33	R\$ 2.682,64
3.15	Capacitor para DGM4100	10	R\$ 52,63	R\$ 526,30
3.16	Indutor para DGM4100	10	R\$ 29,97	R\$ 299,70
3.17	Resistor para DGM4100	10	R\$ 27,97	R\$ 299,70
3.18	Microfone de Eletreto para MIC de Mão	08	R\$ 62,97	R\$ 503,76
3.19	Cabo Espiralado para MIC de Mão	08	R\$ 275,63	R\$ 2.205,04
3.20	Cabo de alimentação para DGM4100	08	R\$ 186,29	R\$ 1.490,32
3.21	Microfone de mão para DGM4100	08	R\$ 705,40	R\$ 5.643,20
3.22	Suporte de fixação para DGM4100	08	R\$ 192,00	R\$ 1.536,00
3.23	Antena móvel para DGM4100	08	R\$ 118,75	R\$ 950,00
3.24	Suporte para Antena móvel para DGM4100	08	R\$ 103,33	R\$ 826,64
3.25	Suporte de Microfone para DGM4100	06	R\$ 48,17	R\$ 289,02
3.26	Conector BNC para DGM4100	12	R\$ 23,65	R\$ 283,80
3.27	Fonte de Alimentação DGM4100	02	R\$ 1.016,00	R\$ 2.032,00
4. Fornecimento de Componentes, peças e acessórios de Estação Repetidora marca Motorola, modelo DGR6175				
4.1	Placa Lógica de Comando para DGR6175	06	R\$ 2.049,00	R\$ 12.294,00
4.2	Placa Lógica de Controle para DGR6175	06	R\$ 734,65	R\$ 4.407,90
4.3	Transistor de Potência para DGR6175	03	R\$ 482,32	R\$ 1.446,99
4.4	Placa Lógica rádios para DGR6175	03	R\$ 6.770,00	R\$ 20.310,00
4.5	Conector de Antena para DGR6175	06	R\$ 170,67	R\$ 1.024,02
4.6	Conector de Alimentação para DGR6175	03	R\$ 128,33	R\$ 384,99
4.7	Placa flex entre rádios para DGR6175	06	R\$ 94,35	R\$ 566,10
4.8	CI de Áudio para DGR6175	02	R\$ 293,67	R\$ 587,34
4.9	Placa flex para DGR6175	06	R\$ 175,33	R\$ 1.051,98
4.10	Capacitor para DGR6175	03	R\$ 50,98	R\$ 152,94
4.11	Indutor para DGR6175	03	R\$ 45,33	R\$ 135,99
4.12	Resistor para DGR6175	03	R\$ 28,47	R\$ 85,41
4.13	Antena Colinear de quatro elementos	05	R\$ 2.897,33	R\$ 14.486,65
4.14	Antena Fixa de Base 6DB	02	R\$ 599,00	R\$ 1.198,00
4.15	Bateria Estacionária selada	10	R\$ 989,67	R\$ 9.896,70
4.16	Cabo RG213	200	R\$ 20,00	R\$ 4.000,00
4.17	Conector tipo "N" para RG213	20	R\$ 33,00	R\$ 660,00
4.18	Conector tipo "U" para RG213	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
4.19	Centelhador para RG213	10	R\$ 127,00	R\$ 1.270,00

4.20	Duplexador	06	R\$ 1.703,33	R\$ 10.219,98
4.21	Fonte de Alimentação p/ repetidora DGR 6175	06	R\$ 971,33	R\$ 5.827,98
Valor total de peças e acessórios				R\$ 232.704,47
Valor Total				R\$ 289.614,77

4.3. A existência de preços registrados não obriga o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação para contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. Especificações Técnicas

5.1 Os serviços eventualmente contratados, abrangerão: instalações, reparos, manutenção preventiva e corretiva, materiais de consumo, ferramentas, reposição de peças (originais ou recomendados pelos fabricantes) e a disponibilização de mão de obra exclusiva.

5.2 Os serviços serão divididos em três categorias:

a) **Equipamentos a instalar:** Neste caso a empresa providenciará as instalações dos equipamentos em consonância com as Normas da ABNT 15.848 e as orientações dos fabricantes respectivos. Na impossibilidade da instalação ser efetuada por motivo de incompatibilidade com as condições estabelecidas neste item, tal situação deverá ser informada por escrito à Fiscalização, que tomará as providências cabíveis;

b) **Equipamentos a reparar:** Reparo nos equipamentos com a utilização de materiais de consumo, ferramentas, reposição de peças (originais ou recomendados pelos fabricantes), previstas na planilha de custo. Caso constatado algum defeito nos equipamentos instalados, a empresa deverá fornecer um relatório constando os dados gerais referentes ao defeito, com justificativa. Durante a mesma visita, todas as peças defeituosas, deverão ser reparadas imediatamente;

c) **Manutenção preventiva:** Todos os equipamentos citados neste Termo de Referência, deverão possuir ficha cadastral, onde deverá constar a comprovação da regularidade das manutenções periódicas mensais. Tais operações serão executadas de modo programado e rotineiro, visando garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos componentes dos aparelhos. Incluem-se atividades de limpeza, lubrificação, ajuste, no local onde o aparelho está instalado e tem por objetivo, reduzir ou evitar a quebra ou a queda do desempenho do equipamento.

5.3 Quantitativo e Preço Máximo Aceitável

5.3.1. Os preços referenciados no presente Termo de Referência foram auferidos junto a empresas do ramo, de porte considerado aptas a atenderem os quantitativos do objeto especificado;

5.3.2. O valor máximo da licitação atinge o montante de **R\$ 289.614,77 (Duzentos e Oitenta e Nove Reais, Seiscentos e Quatorze Reais e Setenta e Sete Centavos)**, e, só reajustáveis na forma da Lei e demais disposições constantes no Edital;

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

6.1. Os bens e serviços a serem adquiridos/prestados enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra própria, especializada e qualificada para tal, de acordo com as Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como outras normas pertinentes ao objeto deste certame e recomendações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA;

7.2. A seqüência dos trabalhos será fornecida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, através da expedição de Ordens de Serviço, entregues ao executor em tempo hábil. Não devem ser iniciados trabalhos sem essa autorização;

7.3. Quando acionada, a CONTRATADA deverá comparecer no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA, em no máximo 02 (duas) horas da solicitação para a vistoria preliminar ou efetuação do serviço;

7.4. Após o recebimento da Ordem de Serviço, o objeto desta contratação deverá ser efetuado:

a) Em 02 (duas) horas, tratando-se de instalação e ou manutenção (salvo nos casos devidamente justificados e autorizados pelo gestor do contrato e nos serviços que não puderem ser efetuados nas dependências da CONTRATANTE. Nesta situação, será utilizado os prazos do item abaixo;

b) Se houver necessidade de retirada de qualquer aparelho/equipamento para a execução de MANUTENÇÃO ou REPARO na oficina/laboratório da empresa, a mesma deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como, o retorno dos mesmos para sua posição de origem;

c) Havendo necessidade de retirada de qualquer aparelho/equipamento para execução de MANUTENÇÃO ou REPARO na oficina/laboratório da empresa, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para finalização e recolocação dos equipamentos/aparelhos nas dependências da CONTRATANTE, ressalvados os casos de força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante;

7.5. Todos os materiais substituídos ou retirados durante a execução dos serviços e passíveis de reaproveitamento, deverão ser depositados em locais indicados pela fiscalização, a seu exclusivo critério;

7.6. O executor deverá obedecer, integralmente, às especificações adotadas para os serviços aqui descritos, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, a qual se compromete, desde já submeter-se:

a) Caso comprovada a inviabilidade de realizar manutenção nos equipamentos, objeto desta licitação, em razão do custo (p.ex.: quando o valor para o serviço for acima de 60% a maior, sendo viável a aquisição de produto novo), os serviços não deverão ser executados;

b) Para a situação apontada no item anterior, a licitante vencedora, deverá apresentar ao responsável pela fiscalização do contrato, declaração devidamente reconhecida, atestando a inviabilidade da execução do serviço, a ser expedida pelo responsável (qualificado) pelo serviço;

c) Os serviços rejeitados, devido a uso de materiais não especificados e/ou considerados mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o tipo de execução e uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a contratada com os ônus decorrentes do fato e utilizando-se os mesmos prazos originais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, via

telefone ou e-mail, sem ônus extra para CONTRATANTE, desde que justificado a motivação do não ACEITE.

d) Os locais afetados pela execução dos serviços deverão ser mantidos pela contratada em perfeito estado de limpeza, recolhendo-se a sujeira, recolhendo-se os entulhos e dando-lhes o destino adequado;

e) O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da contratada que venham a causar embarço, ou adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, prejudicando desta forma, o serviço contratado;

f) No valor acordado, estão previstas todas as despesas com fornecimento de mão de obra, materiais, leis sociais, ferramentas, equipamentos, veículos, combustíveis, lubrificantes e demais insumos necessários à execução dos serviços.

7.7. LOCAIS DE REALIZAÇÕES DOS SERVIÇOS:

7.7.1. CILO DE PARANAGUÁ

7.7.2. MORRO DO CRISTO GUARATUBA

7.7.3. MORRO DA SAMAE EM ANTONINA – PRÉDIO D'ÁGUA

7.7.4. CENTRAL DE REGULAÇÃO DO SAMU E VEÍCULOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DOS 7 (SETES) MUNICÍPIOS: GUARATUBA, MATINHOS, PONTAL DO PARANÁ, MORRETES, ANTONINA, PARANAGUÁ E GUARAQUEÇABA.

8. GARANTIA PARA HABILITAÇÃO CONTRATUAL

8.1. Não será exigido.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1. A empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, junto aos documentos de habilitação, a seguinte documentação:

9.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) em plena validade que conste um Engenheiro Eletricista - Eletrônica / Telecomunicações como responsável técnico da empresa.

9.3. Atestado de Capacidade Técnica, que comprove já ter fornecido os produtos da natureza do objeto da presente licitação, instalação e configuração e a devida assistência técnica durante a garantia, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais, devidamente registrado na entidade competente;

9.4. Atestado de visita técnica nas dependências da CONTRATANTE, com a assinatura de cada responsável, de acordo com o artigo 30 inciso III da Lei 8.666/93. Para a realização da visita técnica, deverá o interessado agendar sua visita com a CONTRATANTE no período compreendido entre a data da publicação do edital e da entrega das propostas, nos horários das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às

17:00. A visita técnica deverá ser realizada por representante devidamente autorizado pela empresa participante, o qual deverá se apresentar, com sua credencial.

9.5. O(s) atestado(s) deverá(o) ser impresso(s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.

10. CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇOS:

DA ENTREGA:

10.1. Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, nos dias e horários e em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, originais do fabricante estarem de acordo com a proposta de preços do proponente e com todas as demais disposições constantes no Edital;

10.2. A entrega deverá ser efetuada conforme endereço abaixo: Rua Manoel Correia nº1948, bairro Palmital, Paranaguá-PR.

10.3. O recebimento dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado pelos fiscais do contrato, da seguinte forma:

10.3.1. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com direito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, não será Atestada a Nota Fiscal e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.

10.3.2. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega do objeto (o que não constituirá sua aceitação/recebimento definitivo), será registrado mediante a atestação no verso da nota fiscal e acompanhado de registro fotográfico da entrega;

10.4. Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

10.4.1. Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no Termo de Referência ANEXO I, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

10.5. Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

10.5.1. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência ANEXO I e da proposta vencedora;

10.5.2. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

10.5.3. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação;

10.6. A apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade,

composição bem como o (s) risco (s) que apresenta (m) à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso;

10.7. Todo (s) o(s) lote(s) deve(m) ser entregue(s) à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgão reguladores e/ou fiscalizadores;

10.8. Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Pública;

10.9. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata;

10.10. Os produtos serão recusados nos seguintes casos:

a) Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

e

b) Quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.11. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração;

10.12. Nos casos em que a solução do problema for ultrapassar os prazos previstos acima, o equipamento deverá ser substituído por outro de igual ou maior desempenho e configuração igual ou superior, até que o defeituoso seja recolocado em operação.

10.13. Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços;

10.14. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata;

10.15. A licitante vencedora deverá declarar que tem capacidade de atendimento da garantia ofertada pelo fabricante do equipamento;

10.16. As soluções de suporte técnico poderão ser realizadas, por parte da contratada ou por empresa designada por ela ou pelo fabricante, quando necessário com a presença de técnicos especializados.

10.17. A contratada ou a prestadora de serviços de assistência técnica indicada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica, com peças novas e originais do fabricante do equipamento.

10.18. É da responsabilidade da contratada e/ou da empresa indicada para assistência técnica:

10.18.1. Fornecer aos seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis;

10.18.2. Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução da assistência técnica, pagando os emolumentos prescritos em lei;

10.18.3. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidos, referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm, vínculo empregatício com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA.

10.18.4. **DA GARANTIA:** A garantia abrange vícios de qualidade ou quantidade que tornem o objeto impróprio ou inadequado ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

SERVIÇOS:

10.19. Os serviços de manutenção deverão ter um prazo mínimo de 90 (noventa) dias de garantia.

EQUIPAMENTOS/PRODUTOS:

10.20. Os equipamentos deverão ter garantia de 12 (doze) meses ou aquele oferecido pelo fabricante, o que for maior, sem quaisquer ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, contados a partir da data da entrega dos equipamentos;

10.21. Os equipamentos, em caso de qualquer falha, ou os produtos que venham a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo da sua validade, fica o preponente obrigado a efetuar a troca nas mesmas especificações, no máximo, 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, sem ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA.

10.22. Os equipamentos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

10.23. Caso os produtos venham a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca do mesmo nas mesmas especificações, sem ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde no prazo de no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1. Exercer a fiscalização sobre o objeto a ser contratado, por servidor especialmente designado e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;

11.2. Proporcionar a contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente às cláusulas contratuais;

11.3. Proceder aos pagamentos no prazo previsto a contratada;

11.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos a execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

- 11.5. Comunicar a contratada quaisquer irregularidades observadas nos produtos fornecidos;
- 11.6. Rejeitar os produtos/serviços adquirido em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ressalvados os casos de força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante;
- 11.7. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços em atendimento das exigências contratuais;
- 11.8. Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo de Referência;
- 11.9. Exigir, os documentos comprobatórios da execução do objeto deste Termo de Referência;
- 11.10. Suspender o pagamento da Nota Fiscal sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da Contratada, até a completa regularização;
- 11.11. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada junto aos Sistemas, antes de cada pagamento;
- 11.12. Proceder a vistorias nos locais onde os produtos estão sendo entregues, por meio da fiscalização do contrato, cientificando o preposto da CONTRATADA e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;
- 11.13. Aplicar multas, rescisão de contrato ou penalidades contratuais, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato a ser firmado entre as partes;
- 11.14. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto deste termo;
- 11.15. Prestar à Proponente eventualmente CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do contrato.
- 11.16. Não obstante a CONTRATADA seja a única exclusiva responsável pela execução de fornecimento do objeto contratado, a CONTRATANTE, acompanhará e fiscalizará sua execução, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade.
- 11.17. É de responsabilidade da contratado disponibilizar a infraestrutura do local de instalação da repetidora e fornecimento de energia elétrica, sem custos adicionais para a contratante.

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 12.1. Fornecer os itens de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.
- 12.2. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer material que não esteja em perfeita condição de consumo;
- 12.3. Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços;
- 12.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos produtos, nos termos da legislação vigente, e efetua-los de acordo com as especificações constantes do contrato;

12.5. Entregar os objetos solicitados, segundo suas conveniências e em consonância com a fiscalização do contrato;

12.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

12.7. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos/serviços, bem como, os ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

12.8. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

12.9. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade com o INSS e FGTS;

12.10. Zelar para que seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados;

12.11. Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna, bem como atender às Normas e Portarias sobre Segurança e Saúde do Trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução dos serviços;

12.12. Executar os serviços com equipamentos e vestuário apropriados, respeitando as normas referentes à segurança e acidente do trabalho;

12.13. Apresentar relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências da Contratante, mantendo-a atualizada, bem como indicar os nomes, endereços, números de telefone (s), técnico (s) responsável (is) pelo atendimento;

12.14. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de no prazo de 05 (cinco) dias úteis, do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

12.15. Após o trigésimo dia de paralisação do fornecimento dos serviços pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá optar por uma das seguintes alternativas:

a) **Promover** a rescisão contratual, independente de interpelação judicial, respondendo a CONTRATADA pelas perdas e danos decorrentes da rescisão;

b) Exigir a execução do contrato sem prejuízo da cobrança de multa correspondente ao período total do atraso, respeitado o disposto na legislação em vigor;

12.16. As empresas deverão ter a sua matriz ou filial estabelecida em um raio máximo de até 120 Km de distância do município de Paranaguá onde fica sediado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA. Tal exigência se faz necessária, levando-se em conta a necessidade e a urgência dos serviços contribuindo com um melhor atendimento e agilidade.

13. DOS PROCEDIMENTOS DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. Caberá à Fiscalização do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná- CISLIPA, por servidor designado **Altair Santos Mendes e Michael Jackson Neves**, conforme descrição

detalhada nos itens que compõem o Termo de Referência, o acompanhamento dos trabalhos visando verificar o atendimento integral às exigências contratuais.

13.2. A Fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a paralisação dos mesmos quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais.

13.3. A Fiscalização terá direito de exigir a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA, alocado na prestação de serviços remunerados, cuja produtividade não estiver sendo satisfatória.

13.4. Também terá poderes para solicitar a substituição de funcionários que apresentarem comportamento desrespeitoso para com a população, estiverem drogados ou alcoolizados ou que estiverem solicitando propina.

13.5. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por preposto especialmente designado, podendo para tanto:

13.5.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou danificar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

13.5.2. Examinar as carteiras profissionais dos empregados, colocados na execução dos serviços, para comprovar o registro profissional dos mesmos;

13.5.3. Solicitar à contratada a substituição de qualquer equipamento ou ainda, que não atenda às necessidades;

13.5.4. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, não se responsabiliza por quaisquer acidentes com materiais e/ou funcionários da empresa fornecedora no ato da entrega, transporte dos materiais e execução do serviço.

14. PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal de fornecimento do produto, segundo Lei 8.666/93, após assinatura do Fiscal designado, pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná- CISLIPA.

14.2. A fatura (nota fiscal) deverá ser emitida pela **CONTRATADA**, contra o **CONTRATANTE**, em nome do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná- CISLIPA (CNPJ: 13.681.884/0001-39) e deverá conter o nº do empenho específico no corpo da Nota Fiscal.

14.3. A fatura (nota fiscal), deverá ser entregue com as seguintes documentações: Certidões Negativas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, acompanhado dos números de empenho fornecidos pela contratante.

14.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA.

14.5. O pagamento efetuado pelo CONTRATANTE não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas e demais encargos.

15. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis.

16. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATAÇÃO:

16.1. **Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses** da assinatura, sem possibilidade de prorrogação,

16.2. **Prazo de vigência do Contrato, fica** vinculada a existência de recursos orçamentários nos termos fixados pelo inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 de Licitações e podendo ser prorrogado por termo aditivo por período igual ou sucessivo com até o limite de 60 (sessenta) meses, tendo em vista em se tratar de serviços contínuos,

16.3. A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratadas.

17. VALOR DA AQUISIÇÃO: R\$ 289.614,77 (Duzentos e Oitenta e Nove Reais, Seiscentos e Quatorze Reais e Setenta e Sete Centavos).

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DESCRIÇÃO	DESPESA
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2.002.3.3.90.39.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2.002.3.3.90.40.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2.002.4.4.90.52.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2.002.3.3.90.30.00.00

Mayara Ariadne de Souza
Chefe Dpto Adm. Contratos e Licitações

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, Rua Domingos Peneda, s/n.º, Vila Itiberê. Paranaguá/PR, inscrita no CNPJ/MF 13.681.884/0001-39, **SRA. EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER** (nos termos da Portaria n.º50/2020) brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____, inscrito no CPF sob n.º _____, residente e domiciliado à Rua Matinhos, n.º 843, Praia de Leste – Pontal do Paraná/PR, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico n.º 01/2020, RESOLVE registrar o preço da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º 10.520/02, Lei 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93 e respectivas alterações, bem como em conformidade com as disposições a seguir:

Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida à _____, n.º _____, Bairro _____ – CEP: _____, na Cidade de Paranaguá, estado do Paraná, neste ato representada pela **SR (a)**. _____, portador da Cédula de Identidade n.º. _____, inscrito no CPF sob n.º _____ e que, de acordo com o autorizado no Processo **Administrativo protocolado sob n.º _____ 2020,**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata originária do Pregão Eletrônico n.º 01/2020, Registro de Preço n.º 01/2020, é o **"REGISTRO DE PREÇOS para Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Instalação, Reinstalação, Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças** (genuínas/primeira linha), em Rádios Transceptores portáteis, Móveis e fixos de RadioComunicação, pelo período de 12 (doze) meses", ofertado pelo PROMITENTE FORNECEDOR com vistas à aquisição futura e eventual de _____, conforme especificações e quantitativos contidas no presente Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência (Anexo I), de acordo com a conveniência e necessidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA, que consiste no Resumo Final da Licitação.

1.2. Os preços do PROMITENTE FORNECEDOR, relacionados nesta Ata de Registro de Preços, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e dos eventuais contratos ou documento equivalente que o substitua e que venham a ser firmados entre o PROMITENTE e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA.

1.3. A existência de preços registrados não obriga o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.4. Fica o PROMITENTE FORNECEDOR obrigado a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizer nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Ata de Registro

de Preços e as supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. O valor da presente Ata de Registro de Preços é o valor ofertado pelo PROMITENTE FORNECEDOR para o(s) lotes (s) _____ constante(s) da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 01/2020, que faz parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, perfazendo o valor total estimado de R\$ (_____), fixo, incluso todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer natureza.

2.2. O PROMITENTE FORNECEDOR declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, inclusive frete, não cabendo quaisquer reivindicações relativas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

2.3. Ficando comprovados, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto, que o PROMITENTE FORNECEDOR acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos não incidentes sobre a compra contratada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor porventura pago ao PROMITENTE FORNECEDOR.

2.4. As despesas decorrentes de eventual e futura contratação, oriunda da presente licitação, correrão pelas seguintes dotações:

DESCRIÇÃO	DESPESA
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2,002.3.3.90.39.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2,002.3.3.90.40.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2,002.4.4.90.52.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2,002.3.3.90.30.00.00

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

3.1. Esta Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, sem a possibilidade de prorrogação, conforme § 3º, do art. 15 da Lei nº 8.666/1993, podendo, a critério da Administração Pública, serem celebrados tantas aquisições quantos necessários, através de instrumento de contrato ou documento legal equivalente nos termos do Edital.

4. CLAÚSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra própria, especializada e qualificada para tal, de acordo com as Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como outras normas pertinentes ao objeto deste certame e recomendações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA;

4.2. A sequência dos trabalhos será fornecida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, através da expedição de Ordens de Serviço, entregues ao executor em tempo hábil. Não devem ser iniciados trabalhos sem essa autorização;

4.3. Quando acionada, a CONTRATADA deverá comparecer no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA, em no máximo 02 (duas) horas da solicitação para a vistoria preliminar ou efetuação do serviço;

4.4. Após o recebimento da Ordem de Serviço, o objeto desta contratação deverá ser efetuado:

a). Em 02 (duas) horas, tratando-se de instalação e ou manutenção (salvo nos casos devidamente justificados e autorizados pelo fiscal ora designado e nos serviços que não puderem ser efetuados nas dependências da CONTRATANTE. Nesta situação, será utilizado os prazos do item abaixo;

b). Se houver necessidade de retirada de qualquer aparelho/equipamento para a execução de MANUTENÇÃO ou REPARO na oficina/laboratório da empresa, a mesma deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como, o retorno dos mesmos para sua posição de origem;

c). Havendo necessidade de retirada de qualquer aparelho/equipamento para execução de MANUTENÇÃO ou REPARO na oficina/laboratório da empresa, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para finalização e recolocação dos equipamentos/aparelhos nas dependências da CONTRATANTE, ressalvados os casos de força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante;

4.5. Todos os materiais substituídos ou retirados durante a execução dos serviços e passíveis de reaproveitamento, deverão ser depositados em locais indicados pela fiscalização, a seu exclusivo critério;

4.6. O executor deverá obedecer, integralmente, às especificações adotadas para os serviços aqui descritos, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, a qual se compromete, desde já submeter-se:

a) Caso comprovada a inviabilidade de realizar manutenção nos equipamentos, objeto desta licitação, em razão do custo (p.ex.: quando o valor para o serviço for acima de 60% a maior, sendo viável a aquisição de produto novo), os serviços não deverão ser executados;

b) Para a situação apontada no item anterior, a licitante vencedora, deverá apresentar ao responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, declaração devidamente reconhecida, atestando a inviabilidade da execução do serviço, a ser expedida pelo responsável (qualificado) pelo serviço;

c) Os serviços rejeitados, devido a uso de materiais não especificados e/ou considerados mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o tipo de execução e uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a contratada com os ônus decorrentes do fato e utilizando-se os mesmos prazos originais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, via telefone ou e-mail, sem ônus extra para **CONTRATANTE, desde que justificado a motivação do não ACEITE.**

d) Os locais afetados pela execução dos serviços deverão ser mantidos pela contratada em perfeito estado de limpeza, recolhendo-se limpeza, recolhendo-se os entulhos e dando-lhes o destino adequado;

e) O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da contratada que venham a causar embarço, ou adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, prejudicando desta forma, o serviço contratado;

f) No valor acordado, estão previstas todas as despesas com fornecimento de mão de obra, materiais, leis sociais, ferramentas, equipamentos, veículos, combustíveis, lubrificantes e demais insumos necessários à execução dos serviços.

4.7. LOCAIS DE REALIZAÇÕES DOS SERVIÇOS:

4.7.1. CILO DE PARANAGUÁ

4.7.2. MORRO DO CRISTO GUARATUBA

4.7.3. MORRO DA SAMAE EM ANTONINA – PRÉDIO D'ÁGUA

4.7.4. CENTRAL DE REGULAÇÃO DO SAMU E VEÍCULOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DOS 7 (SETES) MUNICÍPIOS: GUARATUBA, MATINHOS, PONTAL DO PARANÁ, MORRETES, ANTONINA, PARANAGUÁ E GUARAQUEÇABA.

5. CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇOS:

DA ENTREGA:

5.1. Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, nos dias e horários e em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, originais do fabricante estarem de acordo com a proposta de preços do proponente e com todas as demais disposições constantes no Edital;

5.2. A entrega deverá ser efetuada conforme endereço abaixo: Rua Manoel Correia nº1948, bairro Palmital, Paranaguá-PR.

5.3. O recebimento dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado pelos fiscais da Ata de Registro de Preços, da seguinte forma:

5.3.1. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com direito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, não será Atestada a Nota Fiscal e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.

5.3.2. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega do objeto (o que não constituirá sua aceitação/recebimento definitivo), será registrado mediante a atestação no verso da nota fiscal e acompanhado de registro fotográfico da entrega;

5.4. Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

5.4.1. Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no Termo de Referência ANEXO I, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

5.5. Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

5.5.1. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência ANEXO I e da proposta vencedora;

5.5.2. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

5.5.3. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação;

5.6. A apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição bem como o (s) risco (s) que apresenta (m) à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso;

5.7. Todo (s) o(s) lote(s) deve(m) ser entregue(s) à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgão reguladores e/ou fiscalizadores;

5.8. Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Pública;

5.9. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata;

5.10. Os produtos serão recusados nos seguintes casos:

a) Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

e

b) Quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.11. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração;

5.12. Nos casos em que a solução do problema for ultrapassar os prazos previstos acima, o equipamento deverá ser substituído por outro de igual ou maior desempenho e configuração igual ou superior, até que o defeituoso seja recolocando em operação.

5.13. Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços;

5.14. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata;

5.15. A licitante vencedora deverá declarar que tem capacidade de atendimento da garantia ofertada pelo fabricante do equipamento;

5.16. As soluções de suporte técnico poderão ser realizadas, por parte da contratada ou por empresa designada por ela ou pelo fabricante, quando necessário com a presença de técnicos especializados.

5.17. A contratada ou a prestadora de serviços de assistência técnica indicada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica, com peças novas e originais do fabricante do equipamento.

5.18. É da responsabilidade da contratada e/ou da empresa indicada para assistência técnica:

5.18.1. Fornecer aos seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis;

5.18.2. Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução da assistência técnica, pagando os emolumentos prescritos em lei;

5.18.3. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidos, referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm, vínculo empregatício com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA.

5.19. **DA GARANTIA:** A garantia abrange vícios de qualidade ou quantidade que tornem o objeto impróprio ou inadequado ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

5.19.1. **SERVIÇOS:**

5.19.1.1. Os serviços de manutenção deverão ter um prazo mínimo de 90 (noventa) dias de garantia.

5.19.2.EQUIPAMENTOS/PRODUTOS:

5.19.2.1. Os equipamentos deverão ter garantia de 12 (doze) meses ou aquele oferecido pelo fabricante, o que for maior, sem quaisquer ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, contados a partir da data da entrega dos equipamentos;

5.19.2.2. Os equipamentos, em caso de qualquer falha, ou os produtos que venham a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo da sua validade, fica o preponente obrigado a efetuar a troca nas mesmas especificações, no máximo, 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, sem ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA.

5.19.2.3. Os equipamentos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

5.19.2.4. Caso os produtos venham a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca do mesmo nas mesmas especificações, sem ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde no prazo de no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será mediante apresentação da Nota Fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo fiscal ora designado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR.

6.1.1. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação.

6.1.2. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

6.2. A fatura Nota (s) Fiscal (is) deverá ser emitida pela Contratada em 2 (duas) vias, contra a **Contratante**, em nome do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA (CNPJ: 13.681.884/0001-39), contento o número do empenho informado pela CONTRATANTE no corpo da NFº, junto com as CND's necessárias para a Contratação com órgãos Públicos e todos os requisitos da lei vigente, dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta.

6.2.1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais/produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

6.3. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos seguintes documentos:

6.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

6.3.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

6.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da Lei;

6.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da Lei;

6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3.6. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6.5. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Fornecer os itens de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

7.2. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer material que não esteja em perfeita condição de consumo;

7.3. Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços;

7.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos produtos, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes na Ata de Registro de Preços;

7.5. Entregar os objetos solicitados, segundo suas conveniências e em consonância com a fiscalização do Fiscal da Ata de Registro de Preços;

7.6. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Ata de Registro de Preços;

7.7. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos/serviços, bem como, os ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

7.8. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

7.9. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS;

7.10. Zelar para que seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados;

7.11. Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna, bem como atender às Normas e Portarias sobre Segurança e Saúde do Trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução dos serviços;

7.12. Executar os serviços com equipamentos e vestuário apropriados, respeitando as normas referentes à segurança e acidente do trabalho;

7.13. Apresentar relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências da Contratante, mantendo-a atualizada, bem como indicar os nomes, endereços, números de telefone (s), técnico (s) responsável (is) pelo atendimento;

7.14. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

7.15. Após o trigésimo dia de paralisação do fornecimento dos serviços pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá optar por uma das seguintes alternativas:

a) Promover a rescisão contratual, independente de interpelação judicial, respondendo a CONTRATADA pelas perdas e danos decorrentes da rescisão;

b) Exigir a execução da Ata de Registro de Preços sem prejuízo da cobrança de multa correspondente ao período total do atraso, respeitado o disposto na legislação em vigor;

7.16. As empresas deverão ter a sua matriz ou filial estabelecida em um raio máximo de até 120 Km de distância do município de Paranaguá onde fica sediado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA. Tal exigência se faz necessária, levando-se em conta a necessidade e a urgência dos serviços contribuindo com um melhor atendimento e agilidade.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Exercer a fiscalização sobre o objeto a ser contratado, por servidor especialmente designado e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;

8.2. Proporcionar a contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente às cláusulas contratuais;

8.3. Proceder aos pagamentos no prazo previsto a contratada;

8.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos a execução da Ata de Registro de Preços, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

8.5. Comunicar a contratada quaisquer irregularidades observadas nos produtos fornecidos;

8.6. Rejeitar os produtos/serviços adquirido em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ressalvados os casos de força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante;

8.7. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços em atendimento das exigências contratuais;

8.8. Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo de Referência;

8.9. Exigir, os documentos comprobatórios da execução do objeto deste Termo de Referência;

8.10. Suspender o pagamento da Nota Fiscal sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da Contratada, até a completa regularização;

8.11. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada junto aos Sistemas, antes de cada pagamento;

8.12. Proceder a vistorias nos locais onde os produtos estão sendo entregues, por meio da fiscalização da Ata de Registro de Preços, cientificando o preposto da CONTRATADA e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;

8.13. Aplicar multas, rescisão da Ata de Registro de Preços ou penalidades contratuais, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas na Ata de Registro de Preços a ser firmado entre as partes;

8.14. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto deste termo;

8.15. Prestar à Proponente eventualmente CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços.

8.16. Não obstante a CONTRATADA seja a única exclusiva responsável pela execução de fornecimento do objeto contratado, a CONTRATANTE, acompanhará e fiscalizará sua execução, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade.

8.17. É de responsabilidade da contratado disponibilizar a infraestrutura do local de instalação da repetidora e fornecimento de energia elétrica, sem custos adicionais para a contratante.

9. CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

9.1. Caberá à Fiscalização do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná- CISLIPA, por servidor designado **Altair Santos Mendes e Michael Jackson Neves**, conforme descrição detalhada nos itens que compõem o Termo de Referência, o acompanhamento dos trabalhos visando verificar o atendimento integral às exigências contratuais.

9.2. A Fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a paralisação dos mesmos quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais.

9.3. A Fiscalização terá direito de exigir a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA, alocado na prestação de serviços remunerados, cuja produtividade não estiver sendo satisfatória.

9.4. Também terá poderes para solicitar a substituição de funcionários que apresentarem comportamento desrespeitoso para com a população, estiverem drogados ou alcoolizados ou que estiverem solicitando propina.

9.5. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por preposto especialmente designado, podendo para tanto:

9.5.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou danificar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

9.5.2. Examinar as carteiras profissionais dos empregados, colocados na execução dos serviços, para comprovar o registro profissional dos mesmos;

9.5.3. Solicitar à contratada a substituição de qualquer equipamento ou ainda, que não atenda às necessidades;

9.5.4. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, não se responsabiliza por quaisquer acidentes com materiais e/ou funcionários da empresa fornecedora no ato da entrega, transporte dos materiais e execução do serviço.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – REVISÃO DE PREÇOS:

10.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.

10.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, convocar os fornecedores para negociar o novo preço.

10.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Composição de Custos contendo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

10.4. A não apresentação da Planilha de Composição de Custos impossibilitará o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, em proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico-financeiro.

10.5. A cada pedido de revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.

10.6. No caso de o detentor do Registro de Preços ser revendedor ou representante comercial, deverá demonstrar, de maneira clara, a composição do preço, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de custos).

10.7. A critério da Administração Pública poderão ser exigidas da contratada as listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial para instrução de pedidos de revisão de preços.

10.8. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

10.9. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada/ Cadastrada no Registro de Preços será mantido durante a vigência do Registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a

configurar reajuste econômico durante a vigência deste Registro.

10.10. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp).

10.11. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

10.12. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas às previstas neste Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

11.1. O Registro de Preços poderá ser cancelado nos seguintes termos:

11.1.1. O registro do preço poderá ser cancelado quando:

- a)** For liberado o fornecedor;
- b)** O fornecedor descumprir, sem justificativa aceitável, as condições da Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente;
- c)** O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d)** O fornecedor demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata;
- e)** O fornecedor for declarado, supervenientemente, inidôneo para contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei e disposições contidas no edital.

11.1.2. A Ata de Registro de Preços ainda poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pela Administração:

- a)** Pelo decurso de seu prazo de vigência;
- b)** Caso não restem fornecedores registrados;
- c)** Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na Ata;
- d)** Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

11.2. No cancelamento desta Ata ou do registro do preço do fornecedor, por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa, contados da respectiva notificação.

11.3. A solicitação de que trata o item acima deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo assegurada defesa prévia sem prejuízo de aplicações de sanções previstas no Edital e na legislação vigente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DAS SANÇÕES:

12.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade de infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

12.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, e Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a)** Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente;

- b)** Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c)** Apresentar documentação falsa;
- d)** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e)** Não manter a proposta;
- f)** Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo;
- h)** Cometer fraude fiscal

12.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

12.2.1. Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

- a)** Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;
- b)** Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

12.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou da Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, ou assinar a Ata de Registro de Preços ou do Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

12.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total da Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente, e de 10 % % (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos da art. 77 da Lei nº 8.666/1993;

12.2.3. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente.

12.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- a)** Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b)** Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

12.3. A suspensão temporária do fornecedor da Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente com a Administração Pública esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, até o cumprimento da penalidade que lhe foi até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

12.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA.

12.6. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, ou ainda, cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente.

12.8. As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

12.9. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:

13.1. Fica assegurado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulá-la em virtude de vício insanável.

13.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

13.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

13.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

13.5. A nulidade opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que a Ata de Registro de Preços, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

13.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados,

13.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é a Diretora Executiva e/ou o Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO:

14.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, as contratações poderão ser formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos da legislação aplicável.

14.2. A Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente poderá ser substituído por outro instrumento hábil, na forma prevista no art. 62, da Lei da Lei nº 8.666/1993.

14.3. A critério da Administração, poderá ser facultada a assinatura do contratado no domicílio do (s) licitantes (s) vencedor (es), mediante fornecimento do arquivo do termo a ser celebrado através de correspondência eletrônica, que deverá ser impressa em 03 (três) vias, assinadas, e encaminhadas ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, por Sedex, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da correspondência eletrônica, aos cuidados da Assessoria de Contratos da Procuradoria Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, com sede na Rua Manoel Correa, nº1948 – Palmital, CEP, Paranaguá, Paraná, sob pena de aplicação de sanções pertinentes previstas neste edital Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da administração, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA

14.4. Nesta hipótese, as 03 (três) vias da Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente a serem encaminhados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA devem estar com firma do representante habilitado pela contratada, devidamente reconhecida por tabelionato de notas ou ofício equivalente.

14.5. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar documento equivalente nos termos previstos no Edital.

14.6. O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, implicará na aplicação das sanções previstas no Edital e na legislação pertinente.

14.6.1. O prazo estabelecido pelo item 14.6. poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

14.7. Caso o fornecedor convocado não assine o instrumento Termo de Contrato, bem como não aceite ou não retire o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais fornecedores registrados nesta Ata, observando a ordem de classificação, para fazê-lo, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis.

14.8. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, em conformidade com a legislação vigente.

14.9. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços deverão ser assinadas durante o prazo de validade desta.

14.10. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses da assinatura, sem possibilidade de prorrogação.

14.11. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente, em conformidade com o inciso II, do artigo nº57 8666/93 será de 12 meses, podendo ser prorrogado por termo aditivo por período igual ou sucessivo com até o limite de 60 meses, tendo em vista em se tratar de serviços contínuos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. A beneficiária do presente Registro de Preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná

Antonina – Guaraqueçaba – Guaratuba
Matinhos – Morretes – Paranaguá – Pontal do Paraná

prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 01/2020.

15.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art.65 da Lei nº 8.666/93.

15.3. O fornecedor não poderá transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes desta Ata, salvo expressa autorização da Administração Pública.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO:

16.1. Fica eleito o foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Paranaguá, de ____ de _____ de 2020.

Diretora Executiva

(Nome da empresa)

Testemunha

Testemunha

ANEXO III

MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° _____/2020 QUE FAZEM ENTRE SI CELEBRAM, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA E A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento, **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, Rua Domingos Peneda, s/n.º, Vila Itiberê. Paranaguá/PR, inscrita no CNPJ/MF 13.681.884/0001-39, **SRA. EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER** (nos termos da Portaria n.º50/2020) brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____, inscrito no CPF sob n.º _____, residente e domiciliado à Rua Matinhos, n.º 843, Praia de Leste – Pontal do Paraná/PR, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico n.º 01/2020, RESOLVE registrar o preço da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º 10.520/02, Lei 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93 e respectivas alterações, bem como em conformidade com as disposições a seguir:

As partes acima qualificadas, **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**, CONTRATANTE e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida à _____, n.º _____, Bairro _____ – CEP: _____, na Cidade de Paranaguá, estado do Paraná, neste ato representada pela **SR (a)** _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____, inscrito no CPF sob n.º _____ e que, de acordo com o autorizado no Processo **Administrativo protocolado sob n.º _____ 2020**, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelas cláusulas a seguir, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, LC 123/06 com alteração dada pela LC 147/14, Decretos Municipais e subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações, e pelas condições estabelecidas no Edital - e Anexos - do Pregão Eletrônico n.º 01/2020 do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:

a) Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/2020 de ____ de ____ de ____.

b) Proposta apresentada pela CONTRATADA em ____/____/____.

c) Ata de Registro de Preços firmada em ____/____/____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO:

1.1. O objeto do presente contrato é **“REGISTRO DE PREÇOS para Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Instalação, Reinstalação, Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças** (genuínas/primeira linha), em Rádios Transceptores portáteis, Móveis e fixos de RadioComunicação, pelo período de 12 (doze) meses”, conforme especificações contidas no presente Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência (Anexo I), para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná -CISLIPA, nos

termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 01/2020 – Registro de Preços nº 01/2020.

1.2. Os quantitativos serão solicitados à medida da necessidade, por parte da Administração, com previsão de ___ a _____ entregas ao longo de vigência do contrato, não sendo contabilizadas aquelas decorrentes de devolução do produto.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 01/2020 e à proposta vencedora, independentemente da transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor do presente Contrato é o valor ofertado pelo PROMITENTE FORNECEDOR para o(s) lotes (s) _____ constante(s) da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 01/2020, que _____ faz _____ parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, perfazendo o valor total estimado de R\$ (_____), fixo, incluso todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer natureza.

2.2. O PROMITENTE FORNECEDOR declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, inclusive frete, não cabendo quaisquer reivindicações relativas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

2.3. Ficando comprovados, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto, que o PROMITENTE FORNECEDOR acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos não incidentes sobre a compra contratada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor porventura pago ao PROMITENTE FORNECEDOR.

2.4. As despesas decorrentes de eventual e futura contratação, oriunda da presente licitação, correrão pelas seguintes dotações:

DESCRIÇÃO	DESPESA
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2,002.3.3.90.39.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2,002.3.3.90.40.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2,002.4.4.90.52.00.00
Gestão de Serviços de Saúde SAMU	01.002.10.302.0902.2,002.3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1. A vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir de sua assinatura.

3.2. Prazo de vigência do Contrato, em conformidade com o inciso II, do artigo nº 57 8666/93 será de 12 meses, podendo ser prorrogado por termo de aditivo por período igual ou sucessivo com até o limite de 60 meses, tendo em vista em se tratar de serviços contínuos.

CLAUSULA QUARTA- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra própria, especializada e qualificada para tal, de acordo com as Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como outras normas pertinentes ao objeto deste certame e recomendações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA;

4.2. A sequência dos trabalhos será fornecida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, através da expedição de Ordens de Serviço, entregues ao executor em tempo hábil. Não devem ser iniciados trabalhos sem essa autorização;

4.3. Quando acionada, a CONTRATADA deverá comparecer no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA, em no máximo 02 (duas) horas da solicitação para a vistoria preliminar ou efetuação do serviço;

4.4. Após o recebimento da Ordem de Serviço, o objeto desta contratação deverá ser efetuado:

a). Em 02 (duas) horas, tratando-se de instalação e ou manutenção (salvo nos casos devidamente justificados e autorizados pelo fiscal ora designado e nos serviços que não puderem ser efetuados nas dependências da CONTRATANTE. Nesta situação, será utilizado os prazos do item abaixo;

b). Se houver necessidade de retirada de qualquer aparelho/equipamento para a execução de MANUTENÇÃO ou REPARO na oficina/laboratório da empresa, a mesma deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como, o retorno dos mesmos para sua posição de origem;

c). Havendo necessidade de retirada de qualquer aparelho/equipamento para execução de MANUTENÇÃO ou REPARO na oficina/laboratório da empresa, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para finalização e recolocação dos equipamentos/aparelhos nas dependências da CONTRATANTE, ressalvados os casos de força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante;

4.5. Todos os materiais substituídos ou retirados durante a execução dos serviços e passíveis de reaproveitamento, deverão ser depositados em locais indicados pela fiscalização, a seu exclusivo critério;

4.6. O executor deverá obedecer, integralmente, às especificações adotadas para os serviços aqui descritos, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, a qual se compromete, desde já submeter-se:

a) Caso comprovada a inviabilidade de realizar manutenção nos equipamentos, objeto desta licitação, em razão do custo (p.ex.: quando o valor para o serviço for acima de 60% a maior, sendo viável a aquisição de produto novo), os serviços não deverão ser executados;

b) Para a situação apontada no item anterior, a licitante vencedora, deverá apresentar ao responsável pela fiscalização do Contrato, declaração devidamente reconhecida, atestando a inviabilidade da execução do serviço, a ser expedida pelo responsável (qualificado) pelo serviço;

c) Os serviços rejeitados, devido a uso de materiais não especificados e/ou considerados mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o tipo de execução e uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a contratada com os ônus decorrentes do fato e utilizando-se os mesmos prazos originais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, via telefone ou e-mail, sem ônus extra para **CONTRATANTE, desde que justificado a motivação do não ACEITE.**

e) Os locais afetados pela execução dos serviços deverão ser mantidos pela contratada em perfeito estado de limpeza, recolhendo-se limpeza, recolhendo-se os entulhos e dando-lhes o destino adequado;

f) O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da contratada que venham a causar embarço, ou adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, prejudicando desta forma, o serviço contratado;

g) No valor acordado, estão previstas todas as despesas com fornecimento de mão de obra, materiais, leis sociais, ferramentas, equipamentos, veículos, combustíveis, lubrificantes e demais insumos necessários à execução dos serviços.

4.7. LOCAIS DE REALIZAÇÕES DOS SERVIÇOS:

4.7.1. CILO DE PARANAGUÁ

4.7.2. MORRO DO CRISTO GUARATUBA

4.7.3. MORRO DA SAMAE EM ANTONINA – PRÉDIO D'ÁGUA

4.7.4. CENTRAL DE REGULAÇÃO DO SAMU E VEÍCULOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DOS 7 (SETES) MUNICÍPIOS: GUARATUBA, MATINHOS, PONTAL DO PARANÁ, MORRETES, ANTONINA, PARANAGUÁ E GUARAQUEÇABA.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇOS:

DA ENTREGA:

5.1. Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, nos dias e horários e em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, originais do fabricante estarem de acordo com a proposta de preços do proponente e com todas as demais disposições constantes no Edital;

5.2. A entrega deverá ser efetuada conforme endereço abaixo: Rua Manoel Correia nº1948, bairro Palmital, Paranaguá-PR.

5.3. O recebimento dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado pelos fiscais do Contrato, da seguinte forma:

5.3.1. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com direito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, não será Atestada a Nota Fiscal e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.

5.3.2. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega do objeto (o que não constituirá sua aceitação/recebimento definitivo), será registrado mediante a atestação no verso da nota fiscal e acompanhado de registro fotográfico da entrega;

5.4. Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

5.4.1. Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no Termo de Referência ANEXO I, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

5.5. Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

5.5.1. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência ANEXO I e da proposta vencedora;

5.5.2. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

5.5.3. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação;

5.6. A apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição bem como o (s) risco (s) que apresenta (m) à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso;

5.7. Todo (s) o(s) lote(s) deve(m) ser entregue(s) à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgão reguladores e/ou fiscalizadores;

5.8. Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido, o gestor do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Pública;

5.9. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata;

5.10. Os produtos serão recusados nos seguintes casos:

a) Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

e

b) Quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência do Contrato.

5.11. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração;

5.12. Nos casos em que a solução do problema for ultrapassar os prazos previstos acima, o equipamento deverá ser substituído por outro de igual ou maior desempenho e configuração igual ou superior, até que o defeituoso seja recolocado em operação.

5.13. Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato;

5.14. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata;

5.15. A licitante vencedora deverá declarar que tem capacidade de atendimento da garantia ofertada pelo fabricante do equipamento;

5.16. As soluções de suporte técnico poderão ser realizadas, por parte da contratada ou por empresa designada por ela ou pelo fabricante, quando necessário com a presença de técnicos especializados.

5.17. A contratada ou a prestadora de serviços de assistência técnica indicada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica, com peças novas e originais do fabricante do equipamento.

5.18. É da responsabilidade da contratada e/ou da empresa indicada para assistência técnica:

5.18.1. Fornecer aos seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis;

5.18.2. Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução da assistência técnica, pagando os emolumentos prescritos em lei;

5.18.3. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidos, referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm, vínculo empregatício com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA.

5.19.DA GARANTIA: A garantia abrange vícios de qualidade ou quantidade que tornem o objeto impróprio ou inadequado ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

5.19.2. **SERVIÇOS:**

5.19.2.1. Os serviços de manutenção deverão ter um prazo mínimo de 90 (noventa) dias de garantia.

5.19.3. **EQUIPAMENTOS/PRODUTOS:**

5.19.3.1. Os equipamentos deverão ter garantia de 12 (doze) meses ou aquele oferecido pelo fabricante, o que for maior, sem quaisquer ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, contados a partir da data da entrega dos equipamentos;

5.19.3.2. Os equipamentos, em caso de qualquer falha, ou os produtos que venham a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo da sua validade, fica o preponente obrigado a efetuar a troca nas mesmas especificações, no máximo, 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, sem ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA.

5.20.2.3. Os equipamentos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

5.20.2.4. Caso os produtos venham a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca do mesmo nas mesmas especificações, sem ônus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde no prazo de no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será mediante apresentação da Nota Fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo fiscal ora designado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR.

6.1.1. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação.

6.1.2. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

6.2. A fatura Nota (s) Fiscal (is) deverá ser emitida pela Contratada em 2 (duas) vias, contra a **Contratante**, em nome do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA (CNPJ: 13.681.884/0001-39), contento o número do empenho informado pela CONTRATANTE no corpo da NFº, junto com as CND's necessárias para a Contratação com órgãos Públicos e todos os requisitos da lei vigente, dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta.

6.2.1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais/produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

6.3. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do Contrato, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos seguintes documentos:

6.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

6.3.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

6.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da Lei;

6.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da Lei;

6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3.6. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu

vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6.5. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Fornecer os itens de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

7.2. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer material que não esteja em perfeita condição de consumo;

7.3. Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços;

7.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos produtos, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes no Contrato;

7.5. Entregar os objetos solicitados, segundo suas conveniências e em consonância com a fiscalização do Fiscal do Contrato;

7.6. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Contrato;

7.7. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos/serviços, bem como, os ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

7.8. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

7.9. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS;

7.10. Zelar para que seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados;

7.11. Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna, bem como atender às Normas e Portarias sobre Segurança e Saúde do Trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução dos serviços;

7.12. Executar os serviços com equipamentos e vestuário apropriados, respeitando as normas referentes à segurança e acidente do trabalho;

7.13. Apresentar relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências da Contratante, mantendo-a atualizada, bem como indicar os nomes, endereços, números de telefone (s), técnico (s) responsável (is) pelo atendimento;

7.14. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

7.15. Após o trigésimo dia de paralisação do fornecimento dos serviços pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá optar por uma das seguintes alternativas:

a) Promover a rescisão contratual, independente de interpelação judicial, respondendo a CONTRATADA pelas perdas e danos decorrentes da rescisão;

b) Exigir a execução do Contrato sem prejuízo da cobrança de multa correspondente ao período total do atraso, respeitado o disposto na legislação em vigor;

7.16. As empresas deverão ter a sua matriz ou filial estabelecida em um raio máximo de até 120 Km de distância do município de Paranaguá onde fica sediado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA. Tal exigência se faz necessária, levando-se em conta a necessidade e a urgência dos serviços contribuindo com um melhor atendimento e agilidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 8.1.** Exercer a fiscalização sobre o objeto a ser contratado, por servidor especialmente designado e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;
- 8.2.** Proporcionar a contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente às cláusulas contratuais;
- 8.3.** Proceder aos pagamentos no prazo previsto a contratada;
- 8.4.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos a execução do Contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo;
- 8.5.** Comunicar a contratada quaisquer irregularidades observadas nos produtos fornecidos;
- 8.6.** Rejeitar os produtos/serviços adquirido em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ressalvados os casos de força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante;
- 8.7.** Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços em atendimento das exigências contratuais;
- 8.8.** Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo de Referência;
- 8.9.** Exigir, os documentos comprobatórios da execução do objeto deste Termo de Referência;
- 8.10.** Suspender o pagamento da Nota Fiscal sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da Contratada, até a completa regularização;
- 8.11.** Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada junto aos Sistemas, antes de cada pagamento;
- 8.12.** Proceder a vistorias nos locais onde os produtos estão sendo entregues, por meio da fiscalização do Contrato, cientificando o preposto da CONTRATADA e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;
- 8.13.** Aplicar multas, rescisão do Contrato ou penalidades contratuais, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no Contrato a ser firmado entre as partes;
- 8.14.** Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto deste termo;
- 8.15.** Prestar à Proponente eventualmente CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato.
- 8.16.** Não obstante a CONTRATADA seja a única exclusiva responsável pela execução de fornecimento do objeto contratado, a CONTRATANTE, acompanhará e fiscalizará sua execução, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade.
- 8.17.** É de responsabilidade da contratado disponibilizar a infraestrutura do local de instalação da repetidora e fornecimento de energia elétrica, sem custos adicionais para a contratante.

CLÁUSULA NONA– DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 9.1.** Para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução nos termos dispostos na Portaria específica _____/2020, serão indicados servidores para acompanhamento **Altair Santos Mendes e Michael Jackson Neves, Matrícula nº _____ e _____.**
- 9.2.** Nos termos do art. 67, da Lei nº8.666/93, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada, nos termos da Portaria _____/2020, de modo que não se considerará prestado o atendimento, e por consequência, não será autorizado o pagamento ao contratado, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades da referida Portaria, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes neste Termo de Referência, do edital e do contrato;
- 9.3.** O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná- fiscalizará, obrigatoriamente, a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento

dos produtos/serviços, que não forem considerados satisfatórios e determinar a licitante a substituição de produtos ou correção de irregularidades;

9.4. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

9.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei nº 8.666, de 1993;

9.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.7. Os serviços serão acompanhados e fiscalizados por um representante do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, ao qual competirá dirimir, junto à empresa, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços;

9.8. A qualquer tempo, a fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe da empresa que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

9.9. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA não se responsabiliza por quaisquer acidentes com materiais e/ou funcionários da empresa fornecedora no ato da entrega, transporte dos materiais e execução do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – REVISÃO DE PREÇOS:

10.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.

10.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, convocar os fornecedores para negociar o novo preço.

10.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Composição de Custos contendo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

10.4. A não apresentação da Planilha de Composição de Custos impossibilitará o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA em proceder as faturas revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico- financeiro.

10.5. A cada pedido de revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.

10.6. No caso de o detentor do Registro de Preços ser revendedor ou representante comercial, deverá demonstrar, de maneira clara, a composição do preço, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de custos).

10.7. A critério da Administração Pública poderão ser exigidas da contratada as listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

10.8. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecimento porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

10.9. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada/ Cadastrada Registro de Preços será mantido durante a vigência do Registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste Registro/Contrato.

10.10. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp).

10.11. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

10.12. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas às previstas neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES:

11.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório:

11.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA e Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a)** Não celebrar o contrato;
- b)** Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c)** Apresentar documentação falsa;
- d)** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e)** Não manter a proposta;
- f)** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo;
- h)** Cometer fraude fiscal;

10.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantindo a ampla defesa e o contraditório:

11.2.1. Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;

b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

11.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar a Ata no prazo de 05 (cinco) dias uteis.

11.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/1993;

11.2.3. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

11.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:

a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;

b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

11.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

11.3. A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA e do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

11.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA.

11.6. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

11.8. As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

11.9. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO:

12.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII e XVII da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, e sem prejuízo das penalidades específicas neste instrumento.

12.2. A rescisão do presente contrato será restrita ao quantitativo previsto neste instrumento, não afetando a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO:

13.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE:

14.1. Fica estabelecido que na hipótese da CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas nos seguintes diplomas legislativos: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar 123 e alterações pela Lei

Complementar 147/2014, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo). Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela CONTRATANTE, de acordo com as normas vigente e passíveis de aplicação ao caso.

16.2. Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando –se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE:

17.1. Uma vez firmado o presente Contrato terá ele seu extrato publicado no periódico Diário Oficial dos Municípios do Paraná, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO:

18.1. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

(i) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

(ii) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato; (iii) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

(iv) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

18.2. O licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o, contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato;

18.2.1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, considera-se como prática atentatória ao mais alto padrão de ética:

18.2.1.1. “prática obstrutiva”: (a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; (b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

18.3. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado, por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA NONA– FORO:

19.1. Fica eleito o foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná

Antonina – Guaraqueçaba – Guaratuba
Matinhos – Morretes – Paranaguá – Pontal do Paraná

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Paranaguá, de ____ de _____ de 2020.

DIRETORA EXECUTIVA

(Nome da empresa)

Testemunha

Testemunha

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A
CISLIPA

Empresa: _____
Denominação social: _____
Inscrição estadual ou municipal: CNPJ: _____
Endereço: E-mail: Telefone: _____

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor e às cláusulas e condições estabelecidas para o Pregão Eletrônico n.º 01/2020.

2) Proponho executar os lotes abaixo indicados, de acordo com o especificado no Edital, pelos preços discriminados, asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos

3) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto, considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;

4) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO OBJETO	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QUANTIDADE S	VALOR TOTAL (R\$)

Observações:

1- Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.

2 – A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.

3 – Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá , ___ de _____ de 2020.

Nome da Empresa
CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná

Antonina – Guaraqueçaba – Guaratuba
Matinhos – Morretes – Paranaguá – Pontal do Paraná

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A
CISLIPA – PR
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, n.º 01/2020, instaurado pela CISLIPA –PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá , ___ de _____ de 2020.

Nome da Empresa
CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL –
ARTIGO 7 INCISO XXXIII**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Paranaguá, ____ de _____ de 2020

Assinatura e Carimbo

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ no _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Paranaguá , _____ de _____ de 2020

Assinatura e carimbo



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná

Antonina – Guaraqueçaba – Guaratuba
Matinhos – Morretes – Paranaguá – Pontal do Paraná

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

(Modelo)

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede em _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e para os fins do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Paranaguá , _____ de _____ de 2020

Assinatura e carimbo



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná

Antonina – Guaraqueçaba – Guaratuba
Matinhos – Morretes – Paranaguá – Pontal do Paraná

ANEXO IX

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____
DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº: _____ ÓRGÃO EMISSOR: _____
CPF Nº: _____
ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____
ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA: _____

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná

Antonina – Guaraqueçaba – Guaratuba
Matinhos – Morretes – Paranaguá – Pontal do Paraná

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE A HABILITAÇÃO

A _____ CNPJ nº _____, sediada em _____/_____, Rua _____, nº _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de fatos impeditivos à sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade se declara que não há ocorrências posteriores e anteriores.

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

_____ inscrito no CNPJ sob o nº
_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a)
_____, portador da Carteira de Identidade
_____ e do CPF nº _____ DECLARA para fins do disposto nos
incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988,
que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo